



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0244/13	DATA: 05/04/2013
INÍCIO: 14h55min	TÉRMINO: 17h45min	DURAÇÃO: 02h50min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h50min	PÁGINAS: 56	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA - pai da menor Fernanda Ellen Miranda Cabral de Oliveira, desaparecida em João Pessoa.
HIPERNESTRE CARNEIRO – Fundadora do grupo Mães na Dor.
JOSÉ CARLOS PATRIOTA – pai de Rafael Patriota.
JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES – Secretário Executivo da Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba;.
VALDÊNIA APARECIDA PAULINO LANFRANCHI – Ouvidora de Polícia da Paraíba.
LUÍS GUSTAVO MAGNATA SILVA – Diretor da ONG Dignitatis – Assessoria Técnica Popular.
NOALDO BELO DE MEIRELES – Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão da Paraíba — CEDDHC/PB.
MARIA LUIZA DA SILVA – representante da Rede Um Grito Pela Vida.
MARIA MADALENA DE MEDEIROS – representante do Programa Mercosul Social e Participativo e do Centro de Ação Cultural — CENTRAC, de Campina Grande, Paraíba.
GUIANY CAMPOS COUTINHO – representante do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba.
JOANA D'ARC SAMPAIO NUNES – Delegada titular da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Infância e Juventude da Polícia Civil do Estado da Paraíba.
SADY SIDNEY FAUTH JUNIOR – representante do Ministério da Justiça.

SUMÁRIO: Continuação da audiência pública com os convidados sobre o tema da CPI.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa da Paraíba.
Há falha na gravação.
Há intervenções fora do microfone inaudíveis.
Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vamos reiniciar a nossa audiência pública, que foi suspensa.

Agora, neste momento, eu convido, já que vamos falar inclusive de adolescentes e crianças, eu chamaria, se estiver presente, a Delegada Joana D'Arc Sampaio Nunes, que é titular da Delegacia de Repressão aos Crimes contra Infância e Juventude da Polícia Civil do Estado da Paraíba.

A Dra. Joana está presente? *(Pausa.)* Esteve de manhã. Certo. É que vai ser tratada a questão mais agora de adolescentes.

Eu convido para a Mesa o Sr. Fábio Júnior Cabral de Oliveira, pai da menor Fernanda Ellen de Oliveira. *(Pausa.)*

Convido também a Sra. Hipernestre Carneiro, mãe de Aryane Thaís, do Grupo Mães na Dor. *(Pausa.)*

A Sra. Eliana Paiva Patriota está aí? Não chegou. Mas o pai do Rafael está presente, não é? O Sr. José Carlos Patriota, pai de Rafael Patriota. *(Pausa.)*

Tem mais alguma mãe aí que tem problema de desaparecimento ou de... Porque nós vamos fazer essa mesa agora e depois vamos ter outra uma mesa, que é a última, para que a gente possa chamar entidades, representações.

Agora, nós vamos passar a palavra para os nossos convidados.

Concedo a palavra agora ao Sr. Fábio Júnior Cabral de Oliveira, pai da menor Fernanda — a gente usa menor, mas hoje já não se usa mais esse termo —, mas da adolescente Fernanda Ellen de Oliveira. V.Sa. terá até *(falha na gravação.)*

Com a palavra o Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA - Quero agradecer a todos esta oportunidade e agradecer à polícia, que vem empenhada na busca da minha filha, do desaparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Só uma informação, Sr. Fábio. A Sra. Elisângela Miranda, sua esposa, está aqui? Então, que ela venha também à mesa.

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA - Como eu ia dizendo, agradecer à polícia, ao desempenho do trabalho dela. Eu e minha família, a gente pediria ao Procurador de Justiça para permitir o Dr. Marinho acompanhar o



caso, se isso fosse possível. É um pedido da família. A gente vinha tendo êxito nessas investigações.

E, Dr. André — desculpa—, Dr. Jean, eu fui acusado, ameaçado, perdão, mas até agora ninguém me chamou para investigar quem me ameaçou por duas vezes. Não foi, então... A gente fica impossibilitado de participar dessas investigações. Concordo, para não se expor.

O senhor citou... Agradeço ao Secretário, Dr. Cláudio. Disponibilizou equipe de segurança dele na minha casa sempre que eu preciso de urgência. Durante 30 dias, eu tive a permanência deles lá por 24 horas, durante 30 dias. Hoje, em uma urgência, eu ligo, e ele me atende. Eu venho tendo um apoio muito grande do Subtenente Santana todos os dias em que ele está de folga, só que, muitas das vezes, chegam várias informações para mim e eu não tenho para quem passar. No ato, fui orientado para passar para o Dr. Aldrovilli. Muitas das vezes, eu acho que até por causa das investigações, do trabalho, eu ligo, mas, de imediato, não tenho retorno, não atende.

Era uma coisa que eu queria, que a gente viesse ter mais uma pessoa, que eu pudesse ligar 24 horas, direto, para passar as informações. Muitas das vezes eu cobro muito, mas porque eu não tenho resposta. Fico com as informações na mão e, aí, não tenho para quem passar, que eu espero o retorno; não consigo. Eu até, essa semana, liguei para a Dra. Valdênia. Ela veio me apoiando bastante, através disso, dessas informações. Enfim, fiz tudo de uma forma mais comunicativa, porque o que deixa a desejar muito é: *“Não, daqui a pouco eu estou na sua casa. Daqui a pouco a gente se fala”*. E não vir. Então, eu já estou ansioso e fico mais ainda sem ter esse tipo de resposta. Então, agradeço a todos vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado a Fábio Júnior Cabral de Oliveira.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A Sra. Miranda, que é a mãe de Fernanda, ela pede para não falar agora. Então, se recuperar desse momento...

Eu passo a palavra agora para a Sra. Hipernestre Carneiro, mãe de Aryane Thaís e que representa aqui o Grupo Mães na Dor.



A SRA. HIPERNESTRE CARNEIRO - Boa tarde a todos e a todas. Se bem que, infelizmente, fugiu um pouquinho do sentido. A quem eu queria levar as minhas palavras, que seriam as pessoas que estavam fazendo a mesa pela manhã, para obter alguma resposta, mas, infelizmente, nem todos se encontram aqui. Mas existe alguém que ainda continua aqui no plenário.

E eu gostaria de levar para Elisângela, como mãe, que eu aprendi a amar, porque eu sei o que a Elisângela passa; eu sei o que Aparecida passa; eu sei o que todas as mães que estavam aqui, pela manhã, que, infelizmente, pelos seus afazeres, tiveram de se ausentar, eu sei o que elas passam. Vocês nem imaginam! Não chegam nem...! O que passa na cabeça de vocês é que, simplesmente, ali é a mãe de Aryane, que aqui é a mãe da Fernanda, que ali é a mãe de Angélica. Ninguém sabe. Só sabe apontar e dizer: *“É a mãe daquela jovem que mataram, é a mãe daquela jovem que está desaparecida, é a mãe da Rebecca”*. Que até agora eu digo, Deputado Luiz Couto, Deputado Major Fábio, que até agora a Paraíba quer uma resposta também de quem matou Rebecca, que calou. A Paraíba está querendo uma resposta, e, simplesmente, estão fazendo igual àquele macaquinho: não falam, não veem e não escutam nosso clamor.

A Paraíba está aqui também como representante de mãe que sofre. A Paraíba está aqui, e eu estou aqui representando em nome de todas as mães. E estou aqui querendo saber onde está Fernanda Ellen, porque, dolorosamente — dolorosamente —, em muito assunto que eu tenho tratado com o Fábio, trocando telefonemas, tudinho, porque, às vezes, eu não consigo nem falar com Elisângela, Fábio me disse uma coisa, essa semana, que tocou meu coração. Disse: *“D. Hiper, a senhora sabe onde sua filha está. A senhora sepultou sua filha e sabe que, hoje, ela descansa em paz. A senhora tem conhecimento de quem assassinou sua filha e aguarda o júri popular acontecer”*. Teresa Cristina, por outro lado, diz assim: *“Eu sepultei a minha filha, mas, até agora, a Justiça paraibana não me deu uma resposta.”* — a Justiça não — *“A Polícia paraibana não me deu uma resposta de quem matou minha filha”*. Fica uma interrogação. Mas aí vem Fábio e diz: *“Mas vocês sepultaram as filhas de vocês, vocês sabem onde as filhas de vocês estão. E a minha Fernanda, minha Nanda, está onde? Onde ela está, que ninguém me dá uma resposta?”*



Fábio, em nome de todas as mães, de toda a sociedade paraibana, Elisângela, quero deixar aqui um abraço muito fraternal e dizer: não vamos deixar cair no esquecimento! Se alguém tentar deixar cair no esquecimento, que fique sabendo que mães que perderam seus filhos, que também não sabem onde seus filhos se encontram, estão aqui de braços abertos para enfrentar essa luta até o final.

E quero também, como eu disse, fazer as perguntas à Dra. Carolina Patriota, que não se encontra aqui. Mas a pergunta que queria fazer é a seguinte: atualmente, no horário nobre, no horário em que os pais estão voltando para casa, depois do jantar, porque hoje infelizmente é o horário em que os pais têm um maior contato com seus filhos, está passando novela que fala do tráfico de pessoas.

Eu vejo, depois de tudo isso que aconteceu na minha vida, que aconteceu uma mudança de pensamento. Hoje, eu vejo mais do outro lado; não vejo mais superficialmente. E eu queria uma resposta da doutora, como autoridade. E de vocês que fazem a Casa, que representam a sociedade, quero saber de que forma vocês veem isso. Será que essa programação, essa novela, não incentiva o tráfico de pessoas? E de que forma, se vocês veem de uma forma que incentiva, aconteceram fatos reais? E de que forma, Deputado Luiz Couto, poderíamos fazer para impedir que esse tipo de drama viesse à nossa tela?

Dr. Jean Nunes, o senhor usou uma palavra assim: *"nós compartilhamos também da angústia dos familiares"*. Quero lhe dizer, Dr. Jean, que compartilhar da angústia é muito pouco para uma mãe e um pai que estão há 90 dias esperando uma resposta. Compartilhar não é só o necessário; é lutar e mostrar que a Paraíba tem e deve mostrar o resultado do trabalho. Perdoe-me pela sinceridade.

Dr. Eduardo Varandas, que também não se encontra, quero parabenizá-lo pelas palavras e dizer que, realmente, o que está faltando é uma articulação. Todos os Poderes, realmente, deveriam se reunir e mostrar serviço. Não é estar aqui no papel; não estar esta CPI reunida, trabalhando, e lá na frente, o esquecimento.

Porque aconteceu aqui, Deputado Luiz Couto, a CPI contra a violência à mulher, onde a Senadora Ana Rita veio até aqui com a gente e, em um certo momento, disse ao Secretário de Segurança Pública, em voz alta, para todos ouvirem: *"Secretário, Dr. Cláudio, quero que, neste momento, o senhor diga o nome*



de uma delegada que possa assumir o caso de Rebeca, para dar uma resposta à sociedade paraibana.”

Na mesma hora, ele determinou à delegada. Neste caso, seria a quarta delegada no caso de Rebeca, porque essa também, já no meio dos trabalhos, já desistiu. Pegou um dossiê de todas as mães que tiveram filhos e filhas vítimas da violência e levou para Brasília. Levou. Sei que teve alguma iniciativa, algum andamento, mas também a CPI caiu no esquecimento.

Espero que isso não aconteça com o que está acontecendo aqui agora, que isso seja um grande passo para a impunidade, para que possamos ter uma resposta de onde esta Fernanda Ellen, de quem matou a Rebeca e de tantos outros casos que estão pendentes.

O Dr. Severino Ninho não se encontra também, mas é um Deputado Estadual, Deputado pernambucano, que disse que se dirigiu até o Paraná procurando saber um caso que aconteceu lá de um tráfico ou de algo assim, e lá chegaram a uma conclusão.

Eu queria saber do Deputado, se ele estivesse presente seria bom que ele me respondesse, se ele tomou conhecimento de um caso na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco, que vai fazer um mês — eu sei, Fábio sabe, Elisângela sabe — que uma menina, por incrível que pareça, de 11 anos de idade, chamada Maria Alícia, também desapareceu do colégio, da mesma forma que Fernanda Ellen também desapareceu. Eu queria saber: em lugar de buscar um caso tão longe, no Paraná ou não sei onde, vamos ver o que ocorre no próprio Estado ou então aqui no Estado vizinho? Gostaria de saber se ele tinha conhecimento desse caso.

E ao Dr. Marinho Mendes, em nome do Grupo Mães na Dor — e estou vendo que ele também não está presente —, faço uso das palavras de S.Sa. parabenizando a imprensa paraibana. Inclusive, agora há pouco estávamos almoçando juntos, eu Fábio e a família toda, eu estava comentando que a forma que disse, que prometi, olhando ali para minha filha: *"Minha filha, enquanto eu viver, enquanto eu respirar, eu vou lutar por justiça"*. E até hoje estou aqui lutando. Minha luta é inabalável, porque o meu inimigo é quem me faz levantar no outro dia e seguir em frente em busca de justiça.



Então, aos senhores que representam o povo paraibano em Brasília e no Estado da Paraíba, peço que não nos deixem. E peço que não me deixem — vou usar meu nome — cair e dizer: *"Eu perdi, a minha luta não valeu a pena"*.

Eu quero uma resposta da Justiça. E peço aos paraibanos que, em nome do grupo e em nome mais de 60 mães, pais e irmãos que sofrem com essa situação da dor da perda: queremos uma resposta. Vamos nos unir, vamos às ruas, vamos assinar essa petição pública que infelizmente tenho de pedir: por favor, você pode assinar pelo fim da impunidade?

Creio que o Deputado Luiz Couto saiba que há uma ONG de Brasília, Brasil sem Grades, que está encarregada de unir, juntar, um milhão de assinaturas. Hoje estamos com 67% — meio caminho andado, mais de 50%.

Então, precisamos rever o nosso Código Penal brasileiro, porque tudo isso acontece devido à impunidade.

Eu perdi minha filha e, da mesma forma como minha filha foi assassinada, com pouco tempo fizeram da mesma forma com a Profa. Briggida, uma professora de universidade, a qual o ex-marido assassinou da mesma forma brutal e cruel. Estrangulou e matou por asfixia a Profa. Briggida. O assassino se entregou e hoje está na ACADEPOL.

Tomamos conhecimento de que o assassino de Briggida está num quarto com ar condicionado e com direito a celular. Por que um homem perverso, um ser humano cruel, que tirou barbaramente a Briggida do nosso convívio, do convívio da família, está simplesmente num quarto trancado? Por que se entregou? Por que tem direito? E que direito é esse? E o direito de minha filha de estar ao meu lado? E o direito de Briggida estar ao lado da filha dela, ao lado da família?

Eis aí uma questão que também quero colocar, Deputado, a respeito disso, que fosse feita uma reavaliação — não fugindo do tema — uma reavaliação, Deputado Major Fábio. Gostaria que fosse revista essa situação: por que o assassino da Profa. Briggida se encontra com toda essa mordomia? E ele não tem curso superior, é simplesmente um fotógrafo. E a família recua, talvez por medo, por represália, não sei. E ele poderia estar no seu habitat, no habitat onde devem estar pessoas cruéis, tipo o assassino de minha filha e tipo outros que tiraram a vida de nossos filhos.



Dr. Jean, vamos em busca disso aí, vamos colocar os assassinos realmente no seu habitat, porque deve realmente acontecer justiça. E, enquanto aguarda a Justiça, ele está preso? Não. Ele está solto, fazendo *cooper*, jogando xadrez, está com celular, está numa sala com ar condicionado, dividindo-a com outra pessoa lá, talvez até com um policial. Queria que fosse revista essa situação.

E gostaria de terminar minhas palavras falando ao Fábio e à Elisângela, mais uma vez, sobre o nosso apoio. Eu digo que você não faz parte do grupo Mães na Dor, porque, desde o primeiro abraço que te dei, que dei em vocês, eu disse que a filha de vocês está viva. Está viva, sim; só falta a busca. Fernanda vai voltar para casa, coisa que comigo não vai mais acontecer. A minha filha não vai mais voltar. Mas a de vocês, com certeza, irá. Eu creio na Justiça, eu acredito muito no meu Deus Poderoso que, a qualquer momento, vocês vão estar com a filha de vocês em casa; basta um pouco mais de esforço e de garra da nossa polícia e dos que fazem o poder para trazer Fernanda Ellen de volta para casa.

Um grande abraço. Obrigada (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Hipernestre Carneiro, mãe de Aryane Thaís.

E passo a palavra agora ao Sr. José Carlos Patriota, pai de Rafael Patriota.

O SR. JOSÉ CARLOS PATRIOTA - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto. Boa tarde a todos.

Bem, para quem não me conhece, sou pai de Rafael Patriota, que, no dia 15 de 2011, foi brutalmente assassinado por Victor Souto da Rosa, que se encontra preso, recolhido no 5º Batalhão de Polícia.

De antemão, eu digo sinceramente que é um absurdo terrível uma pessoa matar dois jovens, como ele matou, porque ele não matou só meu filho; ele matou também o Daniel Guimarães, de 24 anos.

Rafael Patriota, meu filho de 27 anos, era Professor de Geografia, e o Daniel era Corretor de Imóveis. E esse sujeito se encontra preso no 5º Batalhão, simplesmente porque terminou um curso de Direito. Isso é tremendamente absurdo. Isso deve acabar no Brasil. Não deve existir isso no mundo, de maneira nenhuma.

Eu sou o contrário, acho que quanto mais conhecimento adquirido a pessoa tem mais ela deve ser penalizada. Acho que quem deveria ter uma prisão



privilegiada seria o analfabeto, porque o analfabeto talvez desconheça a lei. Mas um sujeito que conhece o Direito e sabe o que é o Direito tem uma regalia dessa. Realmente, é terrível o que se passa.

Mas estou aqui para prestar meu apoio ao casal Elisângela e Fábio, porque acho que a única dor que é igual é a dor da perda de um filho. Porque existe dor de dente e existe dor de barriga, que são dores totalmente distintas e diferentes. Mas uma dor única, podem ter certeza, é a dor da perda de um filho.

Eu enterrei um filho com 27 anos, no auge de sua vida. Mesmo assim ele teve um funeral digno. Agora não posso mensurar a dor, sinceramente, que esse casal sente, porque a incerteza de saber se a filha está viva ou não, se está sofrendo ou não, se realmente ela foi mandada para outro lugar, vítima de tráfico humano, como estamos vendo na natureza humana, essa dor sinceramente não sei mensurar. Mas a dor de realmente ter perdido um filho eu sei e compartilho com ela.

Na realidade, inclusive cito muito quando converso sobre a perda de um filho, é uma dor que jamais se acaba, ela simplesmente aumenta. Todos falam que o tempo vai fazer passar. O tempo passa, mas a dor aumenta a cada dia, porque são detalhes que temos com o filho. E todos aqui, tenho quase certeza, têm filho e têm ideia do que estou falando. Receber a notícia de que seu filho faleceu, se existir coisa pior no mundo, sinceramente, eu não conheço. Realmente não conheço. É terrível. E compartilho minha dor com esse casal que não sabe onde está a filha. Realmente, acho que no dicionário não tem palavra para descrever uma dor como essa.

Portanto, é isso que quero dizer. E agradeço ao Deputado Luiz Couto por esta iniciativa, porque é através de um instrumento como esse que chegamos a divulgar o que realmente acontece na sociedade brasileira.

Mas uma das coisas que eu colocaria no Código Penal Brasileiro, no novo Código Penal que está para entrar em vigor, é retirar essa mordomia. Simplesmente não deve existir mordomia para ninguém. E se deve acabar com imunidade de político, porque todos são seres humanos. Se você errou, você tem de pagar e ponto final. Não tem esse negócio de *"Eu sou isso, sou aquilo, sou filho de sicrano, sou Deputado, sou Senador"*. Não interessa, você é gente; se você errou, vai pagar.

É isso que quero dizer. Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Muito obrigado, Sr. José Carlos Patriota.

Agora vamos abrir a palavra aos Parlamentares que queiram fazer perguntas ou uma fala de solidariedade. O Deputado Major Fábio tem a palavra. Antes, porém, registro a presença da Sra. Maria Aparecida Mariana da Silva, mãe de Anne Gabrielle, e da Sra. Guiany Campos Coutinho, do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Quero aproveitar ainda a presença da Delegada-Geral da Polícia Civil, do Secretário-Executivo e do Delegado Aldrovilli para dizer para Fábio e para sua esposa que acredito que esta reunião tem um valor muito grande, não no sentido de resolver a situação, pois a situação só vai ser resolvida quando esse caso for desvendado na sua totalidade.

Mas quero dizer a Fábio que conversamos sigilosamente, reservadamente, com as autoridades que chegaram até aqui. Conheço a Dra. Delegada-Geral da Polícia Civil e sei do compromisso que ela tem com a polícia, sei da vida dela, do compromisso que ela tem com a segurança da Paraíba. O Dr. Jean, eu acho que o conheci talvez numa entrevista agora há pouco — não foi? Não sei se estava dando uma entrevista, mas eu entrei lá e passei a conhecê-lo. E o Dr. Aldrovilli, acho, é mais um quadro que a Polícia Civil da Paraíba ganha. Percebemos que é um jovem comprometido, inteligente, dedicado.

Portanto, eu queria assumir juntamente com as demais autoridades, Deputado Luiz Couto, respondendo também à Sra. Hipernestre, esse compromisso com a família de Fábio, esse compromisso com Fernanda, para não deixarmos esse caso ser esquecido. Gostaria muito que nós assumíssemos esse compromisso, independentemente de determinação de Governador, porque sei que Governador determinou e está preocupado também em resolver.

Mas gostaria que nós assumíssemos esse compromisso, nós que ficamos aqui até agora — e o Promotor Marinho mesmo não está aqui, mas assumiu também esse compromisso, com essa família, porque a dor é muito grande. Não é? Tentamos até nos afastar da dor deles, não senti-la, mas temos de dizer à Sra. Hipernestre que quando o Dr. Jean fala em compartilhar angústia é porque há momentos em que só podemos compartilhar angústia mesmo, pois sentimo-nos



impotentes também. Quando cheguei à casa do Sr. Fábio e disse-lhe isso, ele respondeu-me o seguinte: *Doutor, se o senhor estiver vindo aqui para compartilhar a dor, não me interessa.* Ele foi duro, mas eu precisava ouvir aquilo também. Então, devo dizer que temos de assumir esse compromisso com você. E temos de assumir esse compromisso com a Fernanda, como se a Fernanda fosse nossa filha.

Sei que o Dr. Aldrovilli não pode assumir esse compromisso para não misturar, vamos dizer assim, para a emoção não atrapalhar. Mas que possamos sentir como ela fosse a nossa filha. Sei que é difícil, mas que possamos assumir esse compromisso, não como Deputado, não como Delegado, não como Secretário, mas como se fosse ela pessoa da nossa família.

Então, esse é o compromisso que pretendemos assumir com você.

Devo ainda insistir numa coisa que trouxemos para cá, ou seja, que a Polícia Federal entre nesse caso também. Sei da competência da Segurança Pública da Paraíba, não estou duvidando de nada, mas não temos certeza de nada, Não temos certeza. Podemos estar bem pertinho de resolver a questão; pode ser que hoje mesmo se resolva isso. Pode ser amanhã, pode ser daqui a dez, quinze ou vinte dias.

Esse caso de Timbaúba colocado há pouco, sobre uma menina de onze anos que desapareceu numa cidade perto da nossa. Se um camarada viajar de Pernambuco para a Paraíba e fizer uma pequena entrada chegará na cidade. Então, de repente, se a Polícia Federal tomar conhecimento disso, ou se outras polícias tomarem conhecimento disso, às vezes isso terminará.

Sei que há muitas hipóteses, muitas informações, mas às vezes é mais uma ajuda, mais um apoio.

Então, gostaria muito que houvesse essa conversa, talvez até informal, com a Polícia Federal, para que ela pudesse ajudar. Eles se colocaram à disposição aqui...

Sei que existe a barreira da falta de competência no caso de desaparecimentos, mas poderíamos nos integrar e nos somar para resolvermos essa situação.

Então, aproveitando a presença de vocês, peço-lhes que nos somemos...

Quando o Sr. Fábio pede que o Dr. Marinho acompanhe o caso, entendemos. O Dr. Marinho Mendes é Promotor, investiga também e está na luta. Mas sabemos



que existem as competências, as questões se dividem. Sou policial, mas estou exercendo o mandato de Deputado e também não posso entrar na investigação. Então, temos de separar as coisas. Mas espero que possamos nos somar, nos integrar e tentar resolver a questão.

Isso é o que queremos: resolver.

Cada pessoa que entra no caso para tentar ajudar, às vezes, erra. Mas sempre se está tentando ajudar.

Então, Dr. Jean, Sra. Secretária-Geral, Sra. Delegada-Geral, Dr. Aldrovilli, que possamos nos juntar, nos somar para tentar resolver essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Major Fábio.

Pergunto ao pessoal da Secretaria gostaria de ter a palavra. Vou fazer algumas perguntas e, depois, alguém falará.

Pergunto ao Sr. Fábio: V.Sa. disse que sofreu ameaças. As ameaças vieram de que forma: pessoal, telefônica ou pessoas chegaram... V.Sa. poderia dizer?

O SR. FABIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA - A primeira ameaça foi pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pessoalmente?

O SR. FABIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA - Pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - V.Sa. já identificou o nome da pessoa e já o entregou para...

O SR. FABIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA - Não identifiquei nome, porque não o conheço e até mesmo nunca o tinha visto no bairro. A segunda foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Sim. Mas o que ele dizia? O que ele falava para o senhor?

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Ele bateu no meu ombro e... "*Você ainda está no mesmo endereço?*" Eu digo: "*Estou. Você me conhece?*" Ele disse: "*Não. Fosse você, eu mudava de endereço, porque você vai morrer.*" E eu digo: "*Mas por quê?*" E aí ele também não falou mais nada e saiu andando. Saiu andando e, de imediato, não pude fazer nada porque não sei com ele estava, quem estava próximo a ele. Só baixei a cabeça, montei na moto e vim embora. E isso foi no bairro mesmo onde eu estava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Num bairro perto da sua casa?



O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Próximo a minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – E o senhor nunca tinha visto ele antes?

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Não. Nunca vi essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – E quais são, mais ou menos, as características dele?

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Tenho. As características dele, mais ou menos, tenho. E a segunda vez foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Mas diga como ele era.

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Ele era uma pessoa magra, alta, cabelo um pouco enrolado, amarelado — um pouco do cabelo, não todo, mas uma parte de cima do cabelo amarelada. E era moreno, moreno claro. Era um moreno claro. E a segunda ameaça foi por telefone. Perguntou se eu já tinha encontrado a Fernanda. Eu disse que não e perguntei quem era. E ele só falou: "*Você vai morrer*". E mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Era voz de homem ou...

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Voz de homem, voz de homem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – E só falou isso aí e desligou?

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Só falou isso. Ele me perguntou se eu tinha encontrado Fernanda; eu disse que não e perguntei quem era. E, quando eu perguntei quem era, ele falou: "*Você vai morrer*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – E o senhor procurou identificar de onde era esse telefonema?

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Não. Foi uma chamada confidencial. Em seguida, veio uma chamada, umas três vezes, de um número, mas não falava nada. De imediato eu enviei ao Dr. Aldrovilli esse número, via mensagem. E eu acredito que eles devem ter feito a sondagem. Enviei a mensagem explicando o motivo e o que tinha acontecido. Depois, veio de forma anônima que tinha acontecido a ameaça. E depois vieram essas três ligações seguidas, sem ninguém



falar nada, já mostrando um número. E aí eu enviei via mensagem. Mas, com certeza, acredito que a Polícia deve ter tomado as providências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Sr. Fábio, o senhor mora lá no Alto do Mateus.

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Isso. No bairro do Alto do Mateus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Não estou dizendo que possa ter alguma vinculação, mas onde o senhor morava o senhor tem alguma inimizade, algum inimigo, pessoa que não gostava do senhor, etc.?

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Não, doutor. Lá — graças a Deus — cheguei para morar nesse bairro em 1987. Até hoje moro na mesma residência. Passei uns seis anos afastado do bairro e da cidade de João Pessoa. Fui morar em Natal durante seis anos. Mas retornei e já estou há quase dez anos de novo no mesmo local, mas, graças a Deus, até hoje nunca tive inimizade, nem na época de colégio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – Certo. O senhor trabalha em que, Sr. Fábio?

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Sou motorista carreteiro. Trabalho viajando por todos os Estados que fazem parte do Brasil. É minha profissão. E o meu convívio em casa era dois ou três dias durante um mês. E às vezes eu passava dois meses sem vir em casa. Então, isso vem a relatar também o fato de eu não ter muita amizade no bairro. Tem gente que mora na minha rua que passa, fala "oi, oi", mas se me perguntarem o nome eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – O senhor viajava muito e ficava pouco tempo em casa. Eu pergunto se a sua filha, Fernanda Ellen, sentia a ausência do senhor. Quando o senhor chegava, ela logo se aproximava, ficava mais tempo com o senhor ou ela estava mais próxima da mãe do que do senhor? Quando o senhor viajava ela sentia essa sua ausência?

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Ah, demais. Ela ligava e, às vezes, eu dizia: "*Filha, daqui a uns 15 dias eu estou em casa*". Ela contava e todos os dias dizia: "*Pai, faltam 14 dias*".



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) – E ela telefonava para o senhor também?

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA – Isso. Era de costume três ou quatro vezes ao dia, onde eu estivesse e onde o telefone desse área, eu tinha um contato em casa. E quando eu não chegava na data prevista ela já ligava. “Ô, pai, você não chegou por quê?” E eu explicava o motivo. Mas sempre aquela criança, do jeito que era com a mãe era comigo. Ele me recebia. Quando ouvia a zoadá do caminhão chegando na porta de casa, ela corria. Eu nem descia do carro. E tanto ela quanto o filho de três anos que tenho, o Felipe, todos corriam e me abraçavam dentro do caminhão mesmo. E eu sempre cheguei com alguns presentes para eles, todas as viagens. E o relacionamento com ela nunca teve indiferença, sempre foi o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Quando o senhor recebeu a informação de que Fernanda desapareceu, qual foi a primeira sensação que o senhor sentiu? O senhor achou que ela teria sido sequestrada, que teria sido levada por alguém? Qual foi a primeira reação do senhor?

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA - Veja só, às vezes a gente pensa — intuição —, a gente sente quando algo aconteceu com o filho. Eu estava em Belém do Pará, na segunda-feira do dia 7. Eu tinha chegado no dia 6, à noite, no domingo à noite, no Belém do Pará, e eu estava na balsa. Uma das entregas que eu ia fazer era de piso. Eu estava carregado e ia para Manaus. E eu ia fazer um transbordo para uma balsa que ia para Manaus. E aquela angústia... Desde o momento que eu senti aquela angústia eu tentava comunicação em casa e não conseguia. Porque lá no Belém do Pará não tem inverno nem verão. Acho que alguém deve conhecer lá e tanto está sol como chove no mesmo momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Conheço.

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA - E choveu no Belém do Pará o telefone fica horrível lá. E até umas oito e meia da noite eu tentava ligar em casa e não conseguia. Tomei um banho dentro do caminhão mesmo, porque o caminhão que eu trabalho tem cama e... Eu estava deitado, assistindo ao jornal local, e o meu telefone toca; era o meu patrão pedindo para eu ligar para casa. Então, naquele momento eu tive um choque, porque eu tinha dois anos de empresa e ele nunca



tinha feito uma ligação para pedir que eu ligasse em casa com urgência. Eu já perguntei o que o tinha acontecido, e ele disse que eu procurasse ligar que minha esposa estava muito nervosa. Ali eu já pulei fora do carro, já desesperado, que eu sabia que ia ser uma má notícia. E recebi a má notícia que minha filha tinha ido ao colégio e não tinha retornado ainda, tinha desaparecido. E eu não acreditei, doutor. Não acreditei. Imediato pedi para falar com outra pessoa, falei com meu pai, meu pai confirmou, mas não acreditei. Na minha mente só vinha que minha filha tinha morrido por alguma coisa. No telefone eu escutei meu irmão conversando "*Ah, não sei quem morreu engasgado com uma espinha de peixe*". Eu escutei isso por telefone. Então, já veio me deixar a desejar que minha filha tinha só desaparecido. Eu já estava acreditando que ela tinha falecido. E o patrão, em seguida, ligou pra mim, mandando eu ir pro aeroporto que a passagem já estava comprada. E eu vim pensando no caminho todo: "*Se é só um desaparecimento, por que minha passagem já está comprada?*" Então, até eu chegar em casa, na terça-feira, às 15:30 — o voo que eu vim foi três escalas —, enquanto eu não cheguei em casa e vi a situação em casa, aí foi quando eu vim botar os pés no chão e saber que minha filha realmente tinha desaparecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Major Fábio, o senhor quer fazer alguma pergunta?

Como vocês não podem fazer as perguntas diretamente, se alguém tiver alguma pergunta pode encaminhar que a Presidência fará a pergunta.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Alguns dias atrás o Secretário de Segurança — aproveitando também a presença do pessoal da Secretaria de Segurança aqui — disse que em 45 dias ia dar uma entrevista trazendo alguma novidade. Eu gostaria de saber do Secretário Executivo — não estou perguntando ao delegado não, perguntando ao Secretário Executivo, se o Secretário daqui... Acho que faltam mais uns 10 ou 5 dias, não sei exatamente quantos dias faltam pra chegar naqueles 45 dias que ele... Já está bem perto, não é? Faltam uns 10, 12, não sei quantos dias — se o Secretário continua com esse prazo, vai dar alguma entrevista nesse sentido ou não? Porque, na verdade, a família sempre tem dito assim: "*Não, ele está esperando aquele prazo, né.*" Mandou se acalmar e disse que em 45 dias teria alguma coisa para dizer. Aí eu quero saber da Secretaria se



sustenta esse prazo ainda, se nesse dia que o Secretário marcou ele vai se pronunciar.

Essa é a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Depois ele vai falar e responder, quando de sua fala.

Mas vamos examinar aqui se há alguma pergunta específica para o Sr. Fábio.
(Pausa.) Não.

Então, Sr. Fábio, a gente agradece a sua participação. Depois vamos ouvir o Secretário Executivo, o Sr. Jean Francisco.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, mas ele tem que mandar a pergunta. Ele tem que mandar para a gente, pois só Parlamentar...

Eu agora queria perguntar ao Sr. José Carlos Patriota, pai de Rafael Patriota. Eu queria apenas mais dados sobre o assassino de seu filho: o nome, o dia em que...

O SR. JOSÉ CARLOS PATRIOTA - O nome do meu filho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. O seu filho é Rafael. Queremos o nome do...

O SR. JOSÉ CARLOS PATRIOTA - Victor Souto da Rosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É Victor...

O SR. JOSÉ CARLOS PATRIOTA - O nome do assassino é Victor Souto da Rosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Qual é a profissão dele?

O SR. JOSÉ CARLOS PATRIOTA - Ele é comerciante e é formado em Direito. Ele não é advogado. Ele é bacharel em Direito, mas nunca passou na prova da OAB. Portanto, ele é só bacharel em Direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. E ele matou o seu filho...

O SR. JOSÉ CARLOS PATRIOTA - Meu filho e o amigo do meu filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E onde foi isso?

O SR. JOSÉ CARLOS PATRIOTA - Foi na Praia do Cabo Branco, na Rua da Mata, no dia 15 de dezembro de 2011.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor conhecia esse Victor antes?

O SR. JOSÉ CARLOS PATRIOTA - Não. Nem eu conhecia, e meu filho, que foi assassinado por ele, não conhecia ele. Ele matou meu filho sem conhecer o meu filho. Ele matou porque, simplesmente, meu filho estava com o Daniel na hora. E ele perseguiu e matou os dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas ele conhecia o Daniel?

O SR. JOSÉ CARLOS PATRIOTA - Conhecia, porque uma semana antes do crime ele tinha tido uma discussão com o Daniel. E no dia do crime, que ele chegou num bar da praia, meu filho estava com o Daniel. Aí quando os dois saíram na moto, ele ficou aguardando por 40 minutos no carro. E quando os dois saíram na moto ele perseguiu e passou por cima dos dois. Logo de início, num primeiro momento, todo o acontecimento ia ser tido como acidente de trânsito. Mas, no decorrer dos levantamentos, foram surgindo testemunhas e pessoas dizendo que houve uma perseguição. E a placa do carro dele ficou colada na traseira da moto. E tem câmeras de vídeo também que mostram a perseguição. Então, foi um crime nunca registrado na Paraíba — um sujeito usar um automóvel pra dizer que foi um acidente de trânsito. E, depois que ele bateu na traseira da moto, ele ainda passou o carro por cima de Daniel. Daniel já no chão, ele passou o carro por cima de Daniel. É tanto que, no velório de Daniel, o caixão foi fechado, porque o corpo ficou totalmente desfigurado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E ele está preso onde?

O SR. JOSÉ CARLOS PATRIOTA - Ele está preso no 5º Batalhão, em Mangabeira, no Valentina. Mas ele não foi logo preso de início não. Porque, quando ele cometeu o crime, ele se refugiou numa clínica pra dizer que tomava remédio controlado, etc. e etc. Mas o nosso empenho foi muito grande e tivemos também — eu quero deixar registrado aqui — o apoio da polícia, da segunda delegada no caso. Porque, logo de início, ia ser um levantamento de acidente de trânsito, depois foi mudado para a delegacia de homicídio. E teve como presidente do caso uma delegada que hoje está no Rio Grande do Norte. Ela prestou toda a assistência, não arredou um milímetro do inquérito, Dra. Dulcinéia. Inclusive, eu fiquei três meses da minha vida ao lado dela, indo atrás de testemunha, levantando. Porque era uma



coisa tão grande para se botar um pano em cima e deixar por isso mesmo que, se a gente não tivesse, acho que esse cara já tinha matado mais gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Alguém quer fazer alguma pergunta? (*Pausa.*)

Então a gente quer agradecer a participação da Sra. Hipernestre.

Sim, a pergunta é para Fábio e Elisângela: "*Que apoio vocês estão tendo dos Direitos Humanos?*"

O SR. FÁBIO JÚNIOR CABRAL DE OLIVEIRA - O apoio dos Direitos Humanos — como o Dr. Marinho faz parte —, como ele mesmo falou, é uma investigação lateral que não vem atrapalhar nada. Então isso me deixa já seguro.

Agradeço também à Dra. Cida Ramos, que vem nos apoiando bastante, tanto ela como sua equipe de psicólogos e assistentes sociais... (*Pausa.*)

Desculpem-me, mas estou sem condições...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A última pergunta vamos fazer agora. Depois, vamos iniciar a terceira Mesa.

A gente vai ter outra Mesa em que a Ouvidora estará presente. No momento nós a apresentaremos. Está bem? É o Sr. Hélio Santiago que está fazendo a pergunta.

Agradeço à Sra. Elisângela Miranda, mãe de Fernanda Ellen Oliveira, ao Sr. Fábio Júnior Cabral de Oliveira, pai de Fernanda Ellen Oliveira. Nossa solidariedade e a certeza de que, pelo que nós verificamos hoje, pelas palavras do secretário executivo, do próprio delegado, da Dra. Ivanisa, que o caminho está para a investigação. Nós verificamos que isso é prova de que, quanto à sua filha, primeiro, não há qualquer informação sobre morte ou vida, mas há investigações. E quanto a essas informações que o senhor tem, inclusive dessa pessoa, é importante que depois haja uma conversa com o Delegado Aldrovilli, para que ele possa colocá-la na linha das investigações.

E também ao Zé Carlos a certeza de nossa solidariedade. E também à Hipernestre a nossa solidariedade.

A palavra agora fica com o nosso Secretário Executivo Jean Francisco Nunes.

O SR. JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES - Muito obrigado, Deputado.



Vou iniciar minhas colocações pela pergunta do Deputado Major Fábio com relação ao prazo. O prazo está mantido. A gente vem intensificando a investigação com o objetivo de, na data aprazada, conseguir já passar algumas informações, passar um apanhado de toda a operação, o mais positivo possível. Eventualmente, algum fato novo que surja, a gente comunicará, mas certamente o prazo estará mantido.

Aproveitando também, para responder ao Deputado Major Fábio, quando S.Exa. fala do compromisso, realmente o compromisso persiste, desde o início. Nós continuamos. Essa chama não se apaga. O compromisso é institucional e pessoal, independente de cobranças. Mas existe um compromisso que é acima de qualquer determinação.

Com relação ao apoio da Polícia Federal, por parte da Secretaria de Segurança não há vaidade alguma — isso eu posso assegurar — em centralizar o caso, centralizar as ações de investigação. Pelo contrário, estamos abertos a colaborações, trabalharemos em conjunto, certamente. E a Polícia Federal também poderá prestar todo o apoio necessário. Estaremos de braços abertos. O objetivo é resolver a situação, elucidando esse fato.

O Fábio já fez alguma referência com relação às ameaças, o Aldrovilli já tomou conhecimento e está tomando as providências no bojo do processo também. Isso aí está sendo feito.

Com relação à Sra. Hipernestre, eu agradeço a sinceridade das palavras quando fala com relação a compartilhar. Eu agradeço a sinceridade. A senhora tem toda razão, mas a gente tem que tentar prestar todo o apoio, seja policial, seja psicológico, não somente para a família de Fábio e esposa, mas para todos aqueles que eventualmente precisem. Isso é um compromisso que a Secretaria de Segurança tem assumido em conjunto com a Secretária Cida Ramos.

Agora a gente tem um apoio extraordinário que não tínhamos no passado, que é a ouvidora, que tem feito muito mais do que simplesmente assistir, inerte, a essas situações, mas que tem sido um braço forte na segurança e tem sido proativa o suficiente pra nos provocar, cobrar, criticar. Isso nos fortalece, Dra. Valdênia. A crítica nos fortalece e abre os olhos para aquilo em que eventualmente a gente



esteja pecando, errando ou omitindo. Então a crítica é muito bem-vinda neste momento, e estamos aqui dispostos a ouvi-la sempre que necessário.

Aproveito também, com relação à senhora e ao Sr. José Carlos, para dizer que também somos totalmente contra alguns privilégios que são postos. Imaginem os senhores nós realizarmos investigações no caso de crimes de homicídio e outros crimes graves que temos conseguido desvendar. Essas pessoas simplesmente são postas. Quando não são soltas de imediato, saem à frente da própria guarnição da polícia ou à nossa frente em uma audiência, quando a gente demora muito mais na audiência do que alguns criminosos. Quando não são soltos naquela hora, são postos em condições de muito privilégio.

Nós passamos por um momento de enfrentamento do crime organizado no Estado, em que temos tido o apoio inclusive do Ministério Público e do Judiciário, mas em que temos combatido inclusive policiais da segurança, seja policial militar ou policial civil, como na última operação que foi desencadeada, combatendo as ações criminosas de alguns policiais. E alguns também têm acompanhando alguns privilégios, o que acaba também não nos desestimulando, mas nos preocupando, porque, na verdade, o combate deve ser duro. Nós precisamos tirar de circulação essas pessoas e precisamos, já em sede de alteração legislativa, de uma alteração nesse aspecto.

A lei está posta. O Judiciário, muitas vezes, coloca essas pessoas presas porque a lei assim permite. Então a gente precisa avançar na questão de uma alteração legislativa, se for o caso, sem jamais esquecer que, quanto mais duro pudermos ser com essas pessoas, com esses criminosos, mantendo-os presos por todo o período que for necessário... Então, a segurança tem todo o empenho nesse sentido, apoia o Ministério Público e apoia o Judiciário.

Era somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, doutor.

Quero dizer o seguinte: que a Jean Francisco foi feita uma pergunta aqui sobre aquele crime do Jô, do Joalisson Wagner Romano, se existe algum fato novo sobre isso aqui.

O SR. JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES - Deputado, inicialmente eu não sei lhe informar agora, mas posso deixar o telefone disponível para poder dar



um retorno a quem realmente tiver interesse em saber. Eu só queria algum detalhe — o nome — para que eu pudesse dar esse retorno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tem um inquérito já. Tem um inquérito. Faz um tempo. Era um rapaz que era informante da polícia: Joalisson Wagner Romano. Foi o que me entregaram aqui. Não sei se...

O SR. JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES - Pronto. Então, nós vamos ter acesso aos dados e conseguiremos ter uma informação mais precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então a gente agradece a todos a solidariedade aos familiares que perderam seus entes queridos, na certeza de que vamos continuar na busca da justiça.

Estão dispensados agora. (*Palmas.*)

Última Mesa. Eu convido para a Mesa o Dr. Noaldo Meireles; a Irmã Maria Luiza da Silva, da Rede Um Grito Pela Vida; o Sr. Gustavo Magnata, da ONG Dignitatis; a Sra. Maria Madalena de Medeiros, do Programa MERCOSUL Social e Solidário, do CENTRAC de Campina Grande; a Sra. Valdênia Paulino, Ouvidora da Polícia do Estado da Paraíba. Eu chamo também a nossa Guiany Coutinho, do Conselho de Direitos Humanos e da Pastoral Carcerária. (*Pausa.*)

Nós tivemos informações aqui de alguém “twittando” na CBN, dizendo que aqui estaria acontecendo uma reunião secreta. Não houve reunião secreta. Houve uma reunião reservada, solicitada por aqueles que estão investigando o caso de Fernanda Ellen, para não atrapalhar as investigações. Então, não há aqui nada de secreto. Se tem alguém que gosta de reunião secreta, eu não gosto. Gosto das coisas com clareza.

Agora, nós não podemos atrapalhar o procedimento investigativo, tentando colocar coisas pra atrapalhar... E se a Polícia está próxima de pegar o responsável pela ação de desaparecimento, ou sequestro, ou alguma coisa, então precisa ter a serenidade, a paciência para chegar. A gente pensa sempre que... Eu compreendi muito bem isso. Quando uma denúncia é feita à Polícia Federal, aí a gente pensa que a Polícia Federal vai logo, na semana, dar um resultado. Mas na Operação Squadre foram quase 2 anos de investigação só para poder pegar alguns. Então significa que o tempo é importante para pegar o esquema todo e não apenas alguma pessoa. Então, nesse aspecto, é preciso ter paciência — claro —, serenidade e dizer



para aquela que está usando do Twitter para tentar desqualificar esta CPI, que esta CPI está agora fazendo... Se quiser vir, pode. É pública. Pronto.

Então eu também chamaria, já que ela estava na Mesa Diretora, não estive e não foi chamada, a Dra. Joana D'Arc Sampaio Nunes, titular da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Infância e a Juventude da Polícia Civil.

Vamos conceder a palavra agora à Dra. Valdênia Paulino, Ouvidora da Polícia do Estado da Paraíba.

A SRA. VALDÊNIA APARECIDA PAULINO LANFRANCHI - Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento aqui os Deputados Luiz Couto e Major Fábio, que acho deve ter dado uma saidinha, mas deve estar voltando. Qual é o tempo que eu tenho?

O SR. PRESIDENTE(Deputado Luiz Couto) - Vinte.

A SRA. VALDÊNIA APARECIDA PAULINO LANFRANCHI - Ótimo. Primeiro quero novamente registrar a solidariedade com todas as famílias e toda a sociedade, porque a violência é ruim pra todo mundo. Inclusive para aquele mesmo que a comete. Gostaria que esse registro fosse para a Ouvidora da Casa Legislativa, porque eu considero uma falta de respeito muito grande. A CPI é um instrumento muito importante no Estado Democrático de Direito e, mesmo com limitações que são pertinentes a cada órgão e a cada grupo de trabalho, tem um papel importantíssimo. Aí, recebemos um grupo de Deputados Federais, inclusive do Estado, que vêm a uma Casa Legislativa com 36 Parlamentares para tratar, embora a CPI esteja cuidando do território nacional, dos nossos casos, ela está no Estado da Paraíba tratando dos nossos casos do Estado da Paraíba.

Nós tivemos um Deputado que passou rapidamente aqui no plenário, um que abriu a sessão — e aí, nosso respeito —, mas, veja bem, é imoral, dada a natureza do problema, sabermos que o tráfico de pessoa humana trata-se, na verdade, de crime organizado. E, mais ainda, dizer: “Ah, *voltam para o interior.*” Porque há essas histórias de que terça, quarta e quinta — não é só de juiz e promotor não — nós sabemos que Deputados também. Vejam quantos casos foram apresentados hoje aqui que são do interior, base dos Deputados! Então é muito sério.

Eu gostaria — estou registrando aqui e pedindo — que a Ouvidora da Casa abra um procedimento para entender o porquê dessa ausência.



Depois — coloquei aqui por pontos —, queria lembrar que o Dr. Jean colocou essa questão em que a gente tem insistido de rever os currículos de formação. E é muito importante não só para quem está entrando, mas para os que continuam. E essa formação, ela deve ser estendida ao Poder Executivo no sentido das polícias, mas ao Poder Judiciário e ao Ministério Público também.

Caso concreto de tráfico de pessoas: caso de uma angolana, Felícia, se eu não tiver errado o nome. A Felícia veio para o Brasil trabalhar e estava trabalhando em situação de servidão. Foi um caso que ganhou repercussão. Ela, de vítima, quase que passa a ser ré na situação. E a condução toda do Poder Judiciário era no sentido de dizer: *“Ela é adulta, ela veio porque quis.”* Então, vejam como é importante. Gente, para se formar — sou advogada e digo, também dou aula —, nós sabemos que aprendemos processos, etc. Mas essas demandas não se ensinam na faculdade. No máximo, promovem uma palestra. Não é porque alguém vira excelência, porque passou num concurso — e no nosso tratamento nós criamos essas nomenclaturas — é que se sabe de tudo não. Então nós precisamos provocar isso. Outro dia dizia assim: *“Precisa colocar o que é comunidade quilombola não no conceito.”* Eu duvido. Levanto quantos promotores de justiça do Estado da Paraíba, que tem 38 comunidades quilombolas, conhecem uma comunidade quilombola. Não conhecem. Então, vejam, há coisas que a universidade não ensina não. Ainda mais agora que virou só barganha as faculdades. Então, nós precisamos insistir nisso.

Estou dizendo, porque nós temos essa questão do tráfico de pessoa humana e estamos começando a discutir isso. Apesar, como o Dr. Varandas disse, de haver desde 1500, mas como conceito de formação, de tipificação, ela é nova. E nós temos — espero que seja uma recomendação — um pedido da CPI para a escola de formação da magistratura, do Ministério Público, e reforçar aí as academias. Então, esse é um ponto. Também que pudessem ser pedidas informações sobre o caso de Felícia.

Outra questão. É muito importante essa visão sistêmica que foi levantada aqui por vários. Estávamos conversando, e com a emoção e tantas coisas, ela acabou deixando de mencionar. Mas nós duas íamos reforçar o CEAV, Centro de Atendimento à Vítima de Violência. Nós tínhamos aqui uma parceria entre o Governo Federal e Municípios. Depois, houve um corte da verba, enfim, e nós



perdemos. Hoje, realmente, tanto a Secretaria de Segurança como a Secretaria de Desenvolvimento Humano têm colocado profissionais à disposição, mas de um ou outro caso que ganha repercussão, enquanto o CEAV, que é o Centro de Atendimento à Vítima de Crimes, atendia todos os casos de pessoas vítimas. O advogado, inclusive, desse centro podia acompanhar os procedimentos etc. Então, é preciso isso, inclusive para fazer uma cobrança.

Por exemplo, o Código de Processo Penal diz que as famílias das vítimas e as vítimas sobreviventes têm o direito de ser informadas sobre o processo através de *e-mail*, ou de telefone, ou pelo meio que a família indicar. Aí a gente encontra familiares que não sabem quando é que vai haver audiência, quando é que a pessoa que foi presa vai sair, ou se já pegaram. Então, aqui a cobrança é para Poder Judiciário se organizar, porque, pelo Código de Processo Penal, essa é uma obrigação do cartório com a autoridade judiciária de manter a família informada. Então, acho que, nesse sentido, a Comissão também poderia, nas suas recomendações, dar uma cutucada, porque isso não é publicizado. Acho que a gente precisa ver isso.

A minha questão, como Ouvidora, dentro dessa visão sistêmica — e hoje foi dito nessa questão de tráfico de pessoas humanas —, é trabalhar a prevenção. Estamos na iminência da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Sabemos que, da mesma forma... E aí todo o meu respeito aos profissionais, mas não aos donos das emissoras. A *Globo* está fazendo uma novela importante, mas ela é a mesma que instiga o consumismo e a aparência, assim como as demais. Então, vai ser um momento muito propício. Nós, aqui na Paraíba, não vamos escapar disso, porque estamos no meio de dois Estados que serão sedes: Rio Grande do Norte e Pernambuco. Qual é o trabalho, se a CPI já pediu nesse sentido — se não estava na lista, sugiro que esse seja um dos pedidos ao Governo Federal e aos Governos dos Estados — o que de concreto está sendo feito pensando na prevenção do tráfico de pessoas humanas, sobretudo nesses momentos em que o trânsito internacional vai ser bem propício?

Quando lamentei, no início, a ausência dos Deputados Estaduais... Porque há uma questão crucial, seja o caso da Fernanda, da Rebeca e tantos outros casos, como o de Queimadas, que será aqui lembrado por nossa amiga, e outros. Alguém



disse que em 10 anos a população quase triplicou. Na Paraíba não é diferente. Temos, no Estado da Paraíba, cerca de dois mil e poucos policiais civis, não é isso, Dr. Jean? Dois mil e poucos policiais civis ao todo, entre agentes, escrivães, delegados, policiais civis, mas, trabalhando na ativa, quantos?

(Não identificado) - Mil e oitocentos.

A SRA. VALDÊNIA APARECIDA PAULINO LANFRANCHI - Mil e oitocentos para uma população de 3 milhões. Então, veja, o que acontece hoje? Não vamos nos enganar. Esse caso ganhou repercussão. Realmente, há um delegado designado, mas, gente, é possível pegar delegacias — nós sabemos — que têm delegado e não têm escrivão, têm escrivão e não têm agente, têm agente e não têm viatura. Agora, viatura, até acho que estamos estabilizando, mas o fato é que, sem investimento não há polícia. Não temos polícia... Quer dizer, entre aspas, temos... Os profissionais que estão, estão trabalhando. Mas, para a necessidade do Estado, não temos polícia investigativa. Pior: essa deficiência do quadro da Polícia Civil faz com que a PM desvie sua função, porque a P2, que é para exclusivamente cuidar de casos da Polícia Militar, está fazendo investigação que é da Polícia Civil. Isso está errado, isso é desvio de função. É problema do policial que está fazendo isso? Não, é problema do sistema e tem que ser resolvido.

Aí, por que cobro? Porque não é um problema só do Governador, não, seja ele quem for. É desta Casa também, porque é esta Casa aqui que vota o orçamento público. Então, se a gente tem que pedir para que abram as conversas secretas, é justamente aqui, é entre esta Casa e o Poder Executivo. “*Vota isso que eu te dou tanto*”, não é? Então, é aqui que a gente tem que cobrar. Por isso que eu lamento não termos os Deputados Estaduais aqui. Se não melhorarmos o quadro da Polícia Civil, nós vamos ainda esperar muito tempo. Talvez lamentar a prescrição, ou seja, foi procurado, achou-se quem é que cometeu, mas aí já passou o prazo, não vai acontecer nada. Então, veja, a corresponsabilidade aqui é de todos, inclusive dos nossos Deputados e Deputadas. E digo mais: é tão grave essa situação que hoje, pela resolução ministerial de dezembro, que abole o termo auto de resistência, símbolos que fazem apologia à violência, ela, além, traz outras coisas boas, como cuidados familiares de policiais que são mortos durante o exercício do seu trabalho, e ela diz que a polícia de investigação, que é a P2, da militar, não pode investigar



crimes comuns. Então, veja, daqui a pouco vão punir o policial que está na P2 porque o Estado não cumpre o que tem que cumprir. E aí não seria justo. Por isso é que nós temos que nos unir. E os Deputados aqui, desta Casa, precisam nos ajudar a dar essa resposta. Afinal de contas, se o Governador não mandou um orçamento para aumentar o quadro e chamar os policiais que já passaram no concurso, os Deputados podem, sim, apresentar uma emenda. Por que não apresentam a emenda? Por que não votam, então, não é? Então, aí a minha cobrança enquanto Ouvidora de Polícia, porque os problemas nós aqui já vivemos na pele.

Por fim, quero dizer também que alguém me fez uma pergunta muito feliz, que é a seguinte: *“As ouvidorias e corregedorias das 3 instituições públicas têm procedido exemplarmente frente às denúncias e suspeitas sobre servidores e autoridades comprometidas com o tráfico de pessoas, prostituições e crimes dos outros tipos? Ou têm se calado, por conta dos laços? Hélio Santiago.”* Quero dizer o seguinte, vai ser apresentada, se já não está na Casa, vai ser reapresentada uma proposta da Corregedoria Única, que foi retirada para que as pessoas pudessem fazer suas proposições. Nós vamos ter que ocupar esta Plenária para motivar os nossos Deputados a votarem esse projeto, não é? Então, aí nós teremos corregedorias, ao menos da polícia, mais firme, mais contundente, porque uma corregedoria forte valoriza os bons policiais, e é isso o que nós queremos.

O sistema de Justiça, o Poder Judiciário acabou de criar sua Ouvidoria, que, felizmente, tem um representante muito sério, o Dr. Fred. Agora, ela é recente, e nós vamos ter que ajudar a divulgar, porque, por exemplo, onde é que estão os nossos juízes de plantões de finais de semana? Será mesmo que fazem o plantão inteiro? Afinal de contas, eles ganham até uma remuneração extra para ir para o plantão. Se a população não ajudar, nós não teremos uma Ouvidoria forte do Poder Judiciário. Depois, o Ministério Público tem Ouvidoria e tem Corregedoria. Nessas duas corregedorias, a gente encaminha os casos, mas raramente temos um retorno. A experiência, enquanto ouvidora, ou mesmo como cidadã, de alguns casos que encaminhei para a Corregedoria do Ministério Público, a resposta veio como a da Corregedoria das nossas polícias: vem elogiando o acusado. Então, nós precisamos monitorar, porque nós ainda cultivamos uma cultura de covardia: *“Eu até sei que o cara não presta, mas eu não vou me indispor”*, não é? Essa situação, esse estado



de ânimo passa por todos os Poderes e não é diferente dentro do Ministério Público e do Poder Judiciário. Agora, nós, sociedade civil, precisamos estar mais vigilantes, porque, muitas vezes, a gente, porque uma autoridade do Ministério Público ou do Poder Judiciário ganha um salário razoável — e é justo, pelo trabalho e responsabilidade —, mas veste uma roupa bacana, a gente já entra tremendo para falar com essas autoridades e fica com medo de dizer o que pensa. Não, gente! Na sociedade cada um tem um papel, mas ninguém é melhor do que ninguém. Então, nós precisamos começar a olhar, sim, a contribuir, dar sugestões, fazer elogios a quem merece, mas dizer: “*Tal profissional não está cumprindo com aquilo que é da sua responsabilidade.*” Isso, em qualquer Poder. Por isso é que eu faço voz ao Varanda quando diz assim: “*Sociedade, cobre-nos.*” É isso o que tem que acontecer.

Para fechar, as Ouvidorias, sejam elas não só de polícia, mas de saúde... Porque, veja bem, chega alguém num hospital para se tratar, não conversa, se tiver alguma informação que dá indícios de que aquela pessoa pode estar sendo vítima de tráfico de pessoas, eu posso falar com a Ouvidoria do sistema de saúde. Então, todos nós temos que nos envolver. Nós sabemos que não tem tráfico de droga, tráfico humano ou qualquer crime organizado sem participação, infelizmente, de homens ou mulheres que entram nas instituições policiais para cometer os seus crimes.

Por isso é que eu hoje fiz questão de estar aqui o dia todo e acompanhar, porque a Ouvidoria tem que estar atenta. “*O caso está sendo realmente apurado? Está sendo muito moroso?*” Então, a Ouvidoria não é para observar isso, para cutucar? Aí nós temos que nos fazer presentes, e me colocar à disposição para observações, críticas, sugestões, porque a Ouvidoria é mais um serviço público pago com dinheiro público e tem que funcionar corretamente. Tem aqui, só para...Alguém me mandou... Não é nada, não, é só para avisar... O.k.

Então, estou aqui à disposição. Depois, se alguém quiser outra informação...

Meu muito obrigada. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dra. Valdênia Paulino.

Concedo agora a palavra ao Sr. Luís Gustavo Magnata Silva, que representa aqui a ONG Dignitatis.



O SR. LUÍS GUSTAVO MAGNATA SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Parabenizo o trabalho da CPI, em nome do Deputado Luiz Couto. Acho que, para além de todas as conclusões que a CPI possa trazer, ela minimamente atinge um dos objetivos, que é o debate. Atinge outro objetivo, que é trazer as pessoas vivas, que estão com seus sofrimentos e podem dar o seu testemunho, fazer ouvir sua voz aqui no espaço, para que a gente que trabalha — eu sou advogado — com processo não se esqueça que existem pessoas ali envolvidas naqueles processos. Então, minimamente, esse objetivo já é atingido.

Eu queria me ater a quatro pontos, a partir do debate do tráfico de pessoas, que acho que a gente precisa estar muito atentos a eles. Um é a informação ampla para a população, que é o debate da prevenção. Não dá para ter uma prevenção sem uma ampla divulgação do que seja, de como se combater, enfim, para que as pessoas estejam atentas a essa realidade, não vire o que já é um mito; que isso vire uma realidade. Para que isso aconteça, eu vou para o segundo ponto: é preciso haver dados oficiais sobre a problemática. Como não há dados oficiais sobre um problema tão grave, tão sério, como é o tráfico de pessoas, isso passa a virar uma dúvida na cabeça da sociedade: *“Será que essas pessoas estão falando que é algo real? Eu nunca vi nenhuma autoridade falando sobre isso.”* O último diagnóstico nacional que foi apresentado sobre o tráfico de pessoas no Brasil foi em 2003, gente! Dez anos se passaram e não há dados oficiais do Brasil, do Estado brasileiro, que trate sobre o tráfico de pessoas. Isso é muito grave. Para que a gente possa falar de informação, é preciso ter dados oficiais. Aí é uma problemática. Só a título de curiosidade, é a PESTRAF, que foi feita por uma grande articulação da sociedade civil, que fez parte desse debate, que é o outro ponto que eu vou trabalhar um pouco mais à frente.

Foi muito batido aqui, eu não vou me alongar, mas a identificação dos grupos que atuam local, regional, nacional e internacionalmente é algo que pode ser feito, que deve ser feito. Existem legislações que precisam ser aprimoradas, mas existem legislações que não são utilizadas. A gente acaba sofrendo da vontade de dizer que precisamos criar uma nova lei, sem utilizar aquela lei que já existe. Existe, é recente, uma legislação que tipifica o grupo de extermínio; já existe legislação que trabalha com bando, com quadrilha e que pode ser moldado na perspectiva do tráfico de



pessoas. Isso deve ser levado em consideração. Essas identificações encontram grande entrave, para mim — e já foi bastante falado aqui —, na falta de interlocução interinstitucional. Às vezes se identifica, mas a informação não é repassada para outro órgão. Às vezes a investigação chega ao final com um bom apurado de informações, mas ela para no Judiciário.

O último levantamento que existe é da ONU, de 2010, que aponta no Brasil inteiro 67 casos de tráfico de pessoas. Desses 67 casos de tráfico de pessoas, 3 foram a julgamento. Esse é um levantamento da ONU, não é do Estado brasileiro. Então, mais uma vez, é essa falta de foco no que vai atuar num problema tão grave, que é o tráfico de pessoas. A literatura já fala que é o segundo tráfico mais rentável do mundo, mas no Estado brasileiro não tem sido uma prioridade. Ele precisa ser uma prioridade, porque ele também com os grupos locais, que são grupos organizados criminosos que têm suas ramificações localmente. Eles trabalham só e não vêm do nada.

Por último, ainda tocando na perspectiva penal, do processo, de fato, é difícil tipificar, porque se precisa trabalhar com a vítima. A vítima é o principal meio de prova, digamos assim. É ela que vai dar o testemunho, que vai conseguir embasar todo esse caminho, mas a vítima, infelizmente, geralmente, no final do processo ou no meio do processo, acaba virando quase uma denunciada. É preciso haver um trabalho de sensibilização dessa vítima. Ela precisa começar a confiar nas estruturas que existem, mas ela precisa passar por um processo, que não é simples, de confiança nesse caminho.

Eu acho que Valdênia tocou num ponto fundamental, pensando em política pública que trabalha com a vítima e que possa, a médio ou longo prazo, fazer esse trabalho, que é o CEAV. O Centro de Atendimento a Vítimas tem uma estrutura pensada por um debate da sociedade civil, de sensibilização com a equipe interdisciplinar que trabalha com assistente social, com psicólogo, com advogado, que pode fazer um trabalho com essas vítimas, com essas pessoas, com os familiares das vítimas, que mais na frente possam gerar informações para um processo, mas isso não vai depender do delegado. O delegado vai continuar com a sua investigação. O serviço do Estado, o Centro de Atendimento a Vítimas pode



fazer esse trabalho, que é de médio e longo prazos e, quem sabe, retorne para a sociedade como forma de testemunho, enfim, como forma de produção de prova.

Por último, na questão da política pública, muitos dos trabalhos que a gente acompanha, onde a gente, que é de direitos humanos, nós somos advogados, acompanhamos vários processos, enfim, várias situações de direitos humanos, referem-se à testemunha. Quando, finalmente, se consegue ter uma testemunha interessante para o caso, essa testemunha é ameaçada. Ou ela desiste de testemunhar ou ela é executada.

A gente precisa reforçar, trazer para o Estado e fazer um diálogo mais nacional da União com um Programa de Proteção à Testemunha que venha funcionar para a realidade da Paraíba. Ela é fundamental, porque quando, finalmente, a gente consegue que a vítima se coloque, que vai e enfrente os seus algozes, por mais que toda estrutura diga: *“Olhe, você vai se arriscar, mas os processos não andam”*, ela começa a ter a dúvida se vai ou se não vai testemunhar. Mas se ela tem um programa que resguarda a sua segurança e a da sua família, isso faz com que ela também ganhe e volte a ter uma confiança. Então, a gente precisa estruturar esse Programa de Proteção à Testemunha.

Ainda nesse diálogo com a vítima — porque eu acho que é fundamental trabalhar com ela, porque ela não é simplesmente alguém que surgiu do nada, ela é um sujeito político, um ator social que precisa ser trabalhado —, ela tem informações da sua realidade que, por medo, enfim, por desgaste, por todo esse processo, acaba desistindo, desacreditando das estruturas públicas, o que eu acho que não deve ser feito.

Esse papel é fundamental, de sensibilização, de participação da sociedade civil. A sociedade civil tem um debate qualificado, tem um debate histórico muito importante que não pode ser desconsiderado pelas estruturas judiciais e policiais. Nós fazemos um debate, seja na universidade, seja fora dela, seja no nosso dia a dia, de acompanhamento processual dos advogados, nós temos um debate qualificado e sério sobre segurança pública. Nós precisamos participar, por exemplo — eu espero que venha para cá —, de um núcleo ou de um comitê de enfrentamento ao tráfico de pessoas. A sociedade civil precisa fazer parte, porque



ela tem esse outro diálogo mais próximo da sociedade, porque é a nossa prioridade. A gente trabalha com ela, a gente vem dela.

Só, por fim, dizer que a atuação de Valdênia também é emblemática. A pergunta, enfim, acho que não conhece a realidade de Valdênia, porque ela vem pela indicação da sociedade civil. A sociedade civil acredita que a Ouvidoria não pode ser um espaço ainda dentro da sua própria estrutura. Alguém de fora dela precisa fazer esse monitoramento, alguém de fora dela precisa trazer a experiência da sociedade civil para dentro desse outro órgão.

Finalizando, parablenizo a Valdênia pelo excelente trabalho que ela faz para a CPI e me coloco à disposição do debate.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, companheiro Gustavo Magnata.

Agora eu passo a palavra ao Dr. Noaldo Meireles.

O SR. NOALDO BELO DE MEIRELES - Boa tarde, Deputado Luiz Couto, Deputado Major Fábio, demais membros da Mesa, agora aqui só o Gustavo que é... todos os presentes, todos os telespectadores da *TV Assembleia*.

Deputado Luiz Couto, eu sou militante de direitos humanos e, como advogado, atuo muito na área penal. A gente discute muito a questão de que é preciso discutir e aprofundar a questão do sistema de justiça; é preciso discutir e aprofundar a questão do sistema de segurança pública.

Nós não podemos ter várias polícias que não conversam entre si, que não interagem, que não têm pontos comuns de acumulação de informações, de troca de dados. Vou dar só um exemplo, que parece absurdo, mas é verdadeiro. Hoje foi citada aqui uma pessoa, que, inclusive, é lá da minha cidade, lá de Mulungu, o Isnard, que é tido como um dos mentores de uma quadrilha de tráfico de travestis para a Itália. Numa matéria que saiu, que foram presas algumas pessoas, tinha um decreto de prisão contra o Isnard. O Isnard estava de férias, lá em Mulungu, em janeiro. Se tem um decreto de prisão, se ele estava preso lá na Itália, como que ele estava de férias aqui, em janeiro? Como que ele passou pelos aeroportos brasileiros e voltou agora para a Itália? É uma falta de interação entre as informações. Os mandados de prisão, a Justiça Federal de Campina Grande encaminhou isso? Isso



foi encaminhado para os aeroportos, para as rodoviárias? Não há essa interação. Da mesma forma, dos Ministérios Públicos, a esfera do Judiciário. Essa é uma questão muito importante.

Quando a gente está tratando com crime organizado ou com organizações criminosas, essas questões são muito importantes. Uma outra que é muito importante, porque hoje eu vi aqui várias famílias cobrando isso, a polícia, o Ministério Público Judiciário não precisam apenas dar a resposta; precisam dar a resposta correta; precisam, além da resposta correta, dar a resposta eficaz; e, além da resposta eficaz, aprofundada.

Por que eu digo isso? Porque não basta, gente, como no caso da morte daquelas duas jovens lá de Queimadas, apresentar e prender algumas pessoas. *“Ah! Estão aqui os mandantes, foram eles.”* Mas há uma dúvida imensa na sociedade paraibana, principalmente na cidade de Queimadas — eu estive recentemente lá em Queimadas —, de que o motivo daquela morte, o que foi apresentado não é crível. Não é crível que uma pessoa organize uma orgia sexual dentro da sua própria casa para dar de presente para o aniversário do irmão. Será que foi esse o motivo da morte? *“Ah, não, meu irmão vai completar ano, eu vou chamar umas amigas aqui e a gente forja um assalto e vamos estuprar todo mundo.”* Dentro da própria casa, com a mulher, filhos lá e parentes dentro da Casa!? Não é crível. E se comenta um monte de outras coisas que estão por trás desse fato. E aí, porque foram apresentadas algumas pessoas, alguns já foram até condenados, não se investiga mais nada, não se investigam essas outras versões.

Mais recentemente ainda, Deputado, ainda nessas linhas, que é preciso aprofundar e dar resposta correta, eficaz e profunda, um delegado de polícia, de inopino, na primeira oportunidade, um dia após um homicídio aqui na grande João Pessoa, já sai dizendo: *“A vítima não tem nada a ver com grupo de extermínio”*. Ora, eu acho que não tinha sido nem instaurada a portaria! Acho que não tinha nem portaria instaurada para apurar o fato e ele já sai com essa. Mas por que isso? Está querendo esconder alguma coisa? Está querendo direcionar? Tem uma série de coisas. Quando a gente está tratando com crime organizado ou com organizações criminosas, é preciso aprofundar as investigações e não sair, de inopino, dizendo



que é isso ou que é aquilo, passando uma versão falsa para a sociedade. Falsa! Criam-se versões falsas.

Eu cito o caso do Almir Muniz, que é um agricultor de Itabaiana, que está desaparecido desde 29 de junho de 2002. Há um paraibano desaparecido desde 29 de junho de 2002, dia da final da Copa do Mundo. O Brasil estava ganhando o seu quinto campeonato mundial e essa pessoa estava desaparecida. Está desaparecida até hoje. Foi feito um inquérito chulo, que não indiciou ninguém, foi encaminhado para a justiça e foi arquivado.

Já entrando na fase da conclusão, quando a gente está tratando com crime organizado e com organizações criminosas, não dá para esquecer o que a Dra. Valdênia falou nem o que o Gustavo falou. Não tem como a gente levar adiante, muitas vezes, e aprofundar essas investigações sem pensar nos familiares, nas vítimas e em testemunhas.

Nos casos de hoje, você tem até famílias estruturadas que vão, organizam-se e cobram, e muitos dos casos estão aqui na Capital, que tem acesso à imprensa e aos meios de comunicação, mas lá no interior, como no caso que nós acompanhamos, lá em Cajazeiras, não tem TV, não tem quase jornal, não tem nada. Aí você vê parentes e testemunhas que moram na mesma rua dos acusados e não têm nenhum esquema de proteção. O acusado passa todo dia lá na porta, quando vai comprar o pão, e diz: *“Não fui eu não”*. Vai lá e diz: *“Não fui eu não. Presta atenção”*. E nós não temos um programa para tratar disso. Aí os depoimentos vão-se perdendo. A pessoa diz uma coisa na delegacia, quando na justiça: *“Olha, não é bem assim. Mas você não disse que tinha visto o acusado? Tinha. E como era o acusado? Era moreno, tinha cerca de 1 metro e 70, cabelo curto, tinha duas entradas aqui e tal...”* E aí descreve a pessoa que está sentada ao lado. *“Mas era ele. Era não. Não tem nada a ver com aquele senhor. Não é ele não. Eu tenho certeza que não é ele”*.

Nós precisamos aprofundar isso. O Estado brasileiro não vai combater crime organizado, e o Estado da Paraíba mais ainda, enquanto nós não tivermos um programa sério de proteção à vítima e a testemunhas.

Da mesma forma como vocês veem as pessoas falando: *“Tem que prender o acusado, tem que prender o acusado”*, tem que proteger as vítimas e testemunhas



de imediato; tem que dar o mínimo de estrutura para essas pessoas, para que elas possam manter os seus depoimentos. Sem vítima e sem testemunhas, nós não vamos.

E, por último, esta Casa Legislativa, que, infelizmente, hoje contribuiu de forma zero, que é o número de Deputados presentes aqui para esta discussão, precisa cobrar e aprovar urgentemente o projeto da Corregedoria Única das polícias. Precisa urgentemente. Aí nós vamos ver quem tem compromisso com a Paraíba e quem só tem só discurso. Na hora de votar esse projeto, eu quero ver quem vai ficar com essa história: *“Ah! Eu sou da Oposição. Ah! Eu sou titulação. Ah! Eu sou neutro”*. Porque aqui tem a bancada dos neutros. A polícia da Paraíba precisa desse projeto de Corregedoria, porque um grupo pequeno, de maus profissionais infiltrado dentro da Paraíba não pode enlamear toda uma categoria que existe e que não se faça nada com essas pessoas, que ficam sob um controle, que se empurrem para ali, que se empurrem para lá. Eu mesmo acompanhei um caso de um policial civil que respondeu a uns 40 processos e nunca foi feito nada com ele dentro da Secretaria de Segurança Pública, nem vai ser feito, porque empurra para ali, empurra para ali e aí vai um delegado, e aí, quando muda o secretário... Eu fui várias vezes, durante três mudanças de Secretaria. Quando sai da Secretaria, desaparecem os processos todos, fica tudo zerado lá. Some com tudo. Como Prefeito do interior, apaga o banco de dados e computadores. Aqui também se fazia isso.

É preciso e é urgente que se aprove essa questão. E é preciso que se aprofundem essas investigações, para que a gente tenha não apenas respostas para as famílias, mas que a resposta apresentada seja correta e seja crível, porque algumas versões que são apresentadas são apenas para satisfazer a família e, muitas vezes, a gente está contribuindo para que aquela quadrilha, aquele grupo permaneça impune. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Dr. Noaldo Belo de Meireles.

Concedo a palavra à Irmã Maria Luiza da Silva, da Rede Um Grito pela Vida.

A SRA. MARIA LUIZA DA SILVA - Boa tarde a todos. Eu sou religiosa, mas eu estou aqui como cidadã. Também sou advogada, mas sobretudo cidadã. E nós



criamos essa Rede Um Grito pela Vida em 2006. É um organismo que atua regionalmente e também internacionalmente. Surgiu a partir de relatos de religiosas que escutaram experiências de famílias que viviam esse drama. Foi discutida, resolvemos começar a discutir essa situação. Mas nós percebemos que, sozinhas, não poderíamos fazer nada, que era preciso nos organizarmos, porque, como já foi falado — e ouvimos bastante pela manhã —, o crime é bem organizado, sobretudo o tráfico de pessoas.

Depois de muita luta, a gente agora percebe — e eu sempre gosto de dizer, quando a gente se reúne — que o tráfico de pessoas agora está na mídia, agora está famoso, mas, quando surgiu, nós tivemos muitas dificuldades, inclusive pessoas achavam que isso era fantasia, que isso não existia. Eu sou pernambucana, moro aqui na Paraíba faz um certo tempo. Foi interessante porque uma irmã me ligou lá de Pernambuco e disse: *“Olha, vem aqui, que a gente está discutindo uma relação de tráfico de seres humanos, e a Paraíba está na rota.”* Eu disse: *“Nós vamos.”* Nós reunimos um grupo e fomos lá. Aí nós voltamos depois dessa discussão e chamamos algumas religiosas, algumas pessoas, algumas autoridades, e até nós ouvimos isto: *“Bem, isso pode existir no Brasil, mas aqui na Paraíba isso não existe, não.”*

Mas nós não desanimamos. Nós continuamos nos reunindo e já percebemos alguns frutos. Eu estou muito satisfeita com esta discussão porque percebo — e eu acredito — que a Paraíba, a partir desse momento, vai se esforçar para criar o núcleo de combate e, sobretudo, o trabalho preventivo. Nós não fazemos grandes coisas, mas nós procuramos conscientizar a população sobre esse grande perigo que afeta as famílias, sobretudo as famílias carentes. Então, nós vamos às escolas. Nós temos material, relato de pessoas que foram traficadas, que foram resgatadas. E essas pessoas também nos ajudam com palestras. Elas mesmas dão depoimentos de como sofreram, e isso traz um impacto impressionante. Nós, no ano passado, estivemos em algumas escolas aqui na Paraíba. Foi interessante, pois fomos convidadas. Uma diretora já sabia do nosso trabalho e nos convidou. Na discussão, uma adolescente falou que realmente teve uma proposta para ir como modelo para a Espanha. A professora já sabia disso e começou a alertar. Também a



diretora teve uma experiência: quase que sua filha ia sendo traficada. Ficamos discutindo como isso está próximo da gente e, às vezes, não percebemos.

Mas, para não me delongar muito, quero dizer a vocês que a sociedade brasileira é muito apática, é muito acomodada em relação a isso. Nós temos que realmente cobrar dos poderes públicos, mas também temos que fazer a nossa parte. Precisamos sair do nosso comodismo, protestar, reivindicar e lutar. Eu vejo que, para a minha alegria, os que estão aqui são pessoas, com certeza, comprometidas com a vida, com a defesa da dignidade da pessoa humana. E a gente não pode abrir mão disso.

Infelizmente, existem vários entraves que nos dificultam a vida, mas nem por isso devemos desanimar. Estou muito esperançosa de que nós conseguiremos somar forças para poder combater o tráfico de pessoas, de seres humanos, mas o mais importante, como eu disse anteriormente, é isto: nós não vamos fazer grandes coisas, mas só o fato de alertarmos, prevenirmos, conscientizarmos a população sobre esse perigo, já é um bom passo.

Obrigada. Meu agradecimento a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Irmã Maria Luiza, pela contribuição que está dando a esta CPI do Tráfico de Pessoas.

Concedo a palavra a Sra. Maria Madalena de Medeiros, representante do Programa MERCOSUL Social e Solidário e do Centro de Ação Cultural — CENTRAC, de Campina Grande.

A SRA. MARIA MADALENA DE MEDEIROS - Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a CPI, em nome do Deputado Luiz Couto, e dizer que a minha fala e a minha vivência vêm dos movimentos sociais. E é a partir desse *loco* que vou falar a esta CPMI.

Inicialmente, eu quero cobrar do Estado brasileiro o cumprimento dos planos que são feitos em Brasília e que não saem, muitas vezes, sequer de lá; e que nunca chegam aos Estados distantes como a Paraíba e aos Estados pobres, como a Paraíba. O primeiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi um plano estruturado; é um plano elaborado do ponto de vista bom da lei, mas cujos eixos não foram cumpridos. E nós já lançamos o segundo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O plano tem como eixo a repressão. Eu acho



que nós aqui já podemos fazer uma avaliação do que tem feito o Estado brasileiro nos três âmbitos de atuação com relação à repressão ao tráfico de pessoas.

O outro eixo é prevenção. Que ações de prevenções nós temos hoje, instaladas aqui no Estado da Paraíba, para o enfrentamento ao tráfico de pessoas? Que ações de prevenções? Que campanhas nacionais chegaram aqui à Paraíba?

Quero registrar a minha indignação em relação a essas campanhas que não saem das grandes capitais brasileiras. Quando muito, as campanhas nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas têm chegado aos aeroportos internacionais. Quando muito, elas chegam aos aeroportos, porque às pequenas cidades — e há cidades que estão hoje na Paraíba configuradas como rota do tráfico de pessoas — essas campanhas não chegam.

Como movimento social, como pessoa que vem desse campo, quero denunciar aqui a minha indignação. Como podemos enfrentar o tráfico de pessoas, se não temos ações de prevenções e também de capacitação dos profissionais, incluindo aí os operadores de direito, o Judiciário e os profissionais de toda a rede de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas? A esses profissionais, se lhes perguntarmos o que tipifica o tráfico de pessoas, muitos não vão saber, porque não passaram por um processo de formação ou de capacitação para isso. Por isso, as estatísticas aparecem como aparecem neste Estado, porque os profissionais não estão sendo capacitados para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Depois, quero ressaltar aqui também as estruturas criadas. Não basta criar estruturas como os núcleos, se não houver recursos públicos e estruturas suficientes para o enfrentamento, as estruturas vão ser fachadas para o Estado brasileiro e as suas diversas instâncias afirmarem que algo está sendo feito. Núcleos sem recursos públicos, sem a participação da sociedade civil, junto com o Governo: eu não acredito nesse tipo de ação.

Quero ainda chamar a atenção para a importância da visibilidade do tráfico interno, especialmente neste momento de crise global, em que o tráfico de pessoas tem sido mais intenso com relação ao tráfico interno. E é pouco visibilizado, porque o tráfico interno mexe com os clientes, e os clientes estão aqui à nossa volta. Com certeza, não é o menino nem a menina da favela. Os clientes estão em outras camadas sociais, mais privilegiadas. E o exemplo disso são os processos aqui no



Estado da Paraíba, os processos de Sapé e de Cabo Branco. São exemplos de onde estão os clientes do tráfico de pessoas. E são exemplos também da impunidade, porque os processos são julgados, mas as sentenças não são cumpridas. Isso é algo que a CPI precisa denunciar ao Brasil: os processos no Estado da Paraíba, a lei, as penalidades não estão sendo executadas.

Outra coisa de importância também é que, no âmbito do Brasil, o tráfico de pessoas tem-se configurado como uma ação que atinge especialmente mulheres, meninas e adolescentes. E é como mulher que eu me coloco neste momento. No Estado da Paraíba, tem sido mais visível a questão do segmento LGBT. É um segmento vulnerável, que merece todas as políticas públicas para apoiar esse segmento. Mas tem sido invisível o tráfico de pessoas, e principalmente o tráfico interno, que envolve mulheres, mulheres crianças e adolescentes.

Então, solicito a esta CPI — porque é necessário — que ações nesse sentido sejam feitas, porque hoje as estatísticas de exploração sexual de crianças e adolescentes têm sido muito grandes nesse Estado. E tem sido invisível — e assim não tem sido considerado — o tráfico de pessoas. Muitas vezes, as pessoas são enganadas, são coagidas. E são sobretudo crianças e adolescentes. Dentro das estatísticas deste Estado, não se configura hoje como tráfico de pessoas o tráfico interno para exploração sexual.

Eu gostaria de deixar este registro e de dizer, ainda, que é fundamental que os clientes sejam penalizados, porque, se não penalizarmos os clientes, nós não conseguiremos desmontar essa cadeia.

Por fim, quero aqui deixar minha indignação registrada nesta Casa — porque nós não estamos aqui para tratar de problemas pessoais, nós estamos aqui falando de políticas públicas: que Parlamentares são esses que estão alheios e não querem ouvir o que a população paraibana tem a falar sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas? Quero aqui registrar minha indignação, em nome da sociedade civil, em relação a esses Parlamentares que estão pouco preocupados com a questão que envolve segmentos importantíssimos da sociedade brasileira, como crianças e adolescentes, mulheres e o segmento LGBT. São segmentos extremamente vulneráveis. Se tivéssemos uma Casa comprometida com as questões sociais, ela



estaria aqui em peso para ouvir o que a população tem a dizer sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Quero registrar também aqui uma preocupação por não encontrar a Secretaria da Mulher, considerando que o tráfico de pessoas é uma ação que envolve principalmente mulheres, crianças e adolescentes.

Por fim, quero expressar essa preocupação, porque, sem o envolvimento da sociedade civil e dos Governos, nós não conseguimos enfrentar essa situação. Então, peço mais uma vez a esta Comissão que os planos tão bem elaborados em Brasília consigam chegar a todos os lugares deste País e que o Estado brasileiro seja penalizado quando ele não cumprir o seu papel, que é garantir as políticas públicas.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Sra. Madalena.

V.Sa. disse que tinha uma informação hoje sobre o caso da Ana Alice. Uma testemunha teria sido assassinada. É bom colocar essa informação.

A SRA. MARIA MADALENA DE MEDEIROS - Quero reforçar a fala das duas pessoas que estavam na Mesa — a Ouvidora da Polícia e o outro companheiro lá — com relação à proteção das testemunhas. Neste Estado, nós não temos condições de ser testemunhas, porque, muitas vezes, quando as pessoas se colocam como testemunhas, elas são eliminadas. Enquanto eu estava ali, recebi uma ligação dizendo que uma das pessoas que ia ser testemunha num dos casos de Queimadas — não nesse caso específico do estupro coletivo, mas no caso específico ligado à Ana Alice, uma menina de 16 anos que desapareceu e foi morta lá, e outras vítimas também foram envolvidas —, a testemunha que ia depor na quarta-feira, e nós dos movimentos tínhamos dialogado com ele e tinha sido muito favorável, ela foi eliminada ontem pela manhã.

E aqui as pessoas estão apreensivas, para falar. Nós somos de um movimento social e estamos aqui falando porque o Governo, nas três instâncias, não tem cumprido o seu papel. É preciso que a sociedade civil venha e denuncie. E quando vem e denuncia, quando encontramos pessoas dispostas a falar, essas pessoas são mortas.



Com relação a essa questão de Queimadas, é necessário que todas as forças sejam empreendidas para que sejam apurados todos esses casos de violência, mas, sobretudo, todos esses casos de crimes organizados que vêm ocorrendo aqui no âmbito do Estado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Sra. Maria Madalena.

Passo a palavra à Sra. Guiany Coutinho, membro da Pastoral Carcerária da Paraíba e membro do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba.

A SRA. GUIANY CAMPOS COUTINHO - Boa tarde a todos e a todas.

Primeiro, quero parabenizar esta CPI, sobretudo nesta vinda aqui para apurar esses fatos. Parabéns ao Deputado Major Fábio e ao Deputado Luiz Couto!

O Conselho Estadual de Direitos Humanos ainda tem um envolvimento muito tímido com essa questão, mas está sempre aberto. Hoje, nós já abrimos as portas. Está participando também das reuniões o pessoal do “Grito pela Vida”. Já se fizeram presentes em três ou quatro reuniões. Trazem as demandas, as preocupações.

E quero dizer que essa situação está muito pertinho da gente. A gente pensa que está lá, que está só numa outra classe, mas eu lembro aqui que minha filha de 16 anos recebeu um convite, via Facebook, para se apresentar em uma agência, uma agência que — depois, a gente procurou saber — era uma casa, não tinha endereço, não era uma agência formal. Não deixei que fosse. Depois, a gente não conseguiu mais contato, a pessoa saiu de cena. E pertinho da gente! Então, essas coisas estão acontecendo aqui.

Queremos colocar também à disposição das famílias o Conselho Estadual de Direitos Humanos. Estamos localizados no Edifício Empresarial Bonfim, que fica ali na Maximiano de Figueiredo. Estamos à disposição não só da família da Fernanda, mas de outras famílias que necessitarem, trouxerem algum problema, quiserem algum apoio do Conselho. Já foram feitas algumas visitas — com o Dr. Marinho, com a Valdênia, com a Laura — a essas famílias e a algumas outras famílias que estão passando por essa situação.

O que tenho a dizer hoje é isto: colocamos o Conselho Estadual à disposição dessa demanda. Nós iremos nos empenhar e também servir de ponte para a CPI —



no que for preciso, no nosso espaço — e as pessoas envolvidas, as entidades. O Conselho não é formado somente pela sociedade civil, mas também por alguns órgãos do Governo, que formam esse colegiado que dá encaminhamentos aos casos de violações de direitos humanos. E o tráfico de pessoas é realmente uma grande violação dos direitos humanos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Sra. Guiany Coutinho.

Passo a palavra à Dra. Joana D'Arc Sampaio Nunes, Delegada Titular da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Infância e a Juventude, da Polícia Civil.

A SRA. JOANA D'ARC SAMPAIO NUNES - Boa tarde a todos e a todas.

Deputado Luiz Couto, há 25 anos, quando entrei na Polícia Civil, eu estava trabalhando na Delegacia da Mulher, em Campina Grande, quando, mais ou menos neste horário, nós da antiga Central de Polícia — não sei se o senhor teve oportunidade de conhecer — recebemos um “*folderzinho*” desses de uma criança que havia sido levada por alguém, tinha desaparecido. Essa criança, na época, tinha 8 anos de idade. Por não ter tanto conhecimento da gravidade da situação, esses cartazes foram pregados, distribuídos para a imprensa, mas assim: não com tanta importância, porque era oriundo do Estado do Paraná.

Depois, em 1992, eu vim trabalhar nesta capital.

No ano de 1999, foi criada a Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Infância e Juventude, da qual sou titular até hoje, desde a sua criação. Certo dia, eu recebi um convite de Brasília para participar de um encontro sobre crianças desaparecidas. Para a minha surpresa, uma das palestrantes era a mãe dessa criança. Por sinal, a mãe era muito conhecida, chegou a ser Deputada no Estado dela no Paraná. Não lembro o sobrenome, mas sei que o primeiro nome era Arlete. Ela explanava e descrevia a sua trajetória à procura daquele filho. Ele perdeu tudo que tinha. Ela vendeu tudo, porque era filho único dela, e ela já tinha engravidado dessa criança com uma idade avançada e não tinha condição de ter mais filho.

Nos estudos, nas pesquisas e nas investigações que ela fez, ela concluiu que essa criança havia sido aliciada. Essa criança até hoje não apareceu. Talvez essa



criança não se encontre no Brasil. E ela tem certeza de que essa criança foi traficada, porque ela estava construindo uma casa e ela sempre ia visitar a construção. Ela dizia, na sua fala, que sempre que ia visitar a construção levava a criança. Certa vez, ela mostrou o quarto, Dra. Valdênia, onde ia ser seu “quartinho”. E a criança disse: *“Não, mamãe, minha casa é mais bonita do que essa! Na minha casa tem piscina. Eu vou ter...”* E descreveu o quarto. Só que ela não acreditava, porque a criança só tinha 8 anos. Ela disse que só veio ligar esses pontos depois que a criança desapareceu. Certo dia, a criança também disse que o nome dela não era mais fulano de tal, ia ser sicrano de tal. E ela pensou até em levar aquela criança a um psicólogo para saber, mas as pessoas diziam: *“Não, é da idade, é coisa de criança. É porque vê e está copiando, na escola.”* Essa criança desapareceu, e está desaparecida até hoje. Essa mãe, enlouquecidamente, entrou numa campanha.

E o Estado do Paraná era o Estado com o maior índice de criança desaparecida, o maior índice de criança desaparecida! Para a surpresa de todos, esse índice caiu para zero, porque se investiu em políticas públicas, investiu-se na Polícia, criou-se um departamento de criança desaparecida, denominado de SICRIDE, criou-se a rede ZAP, que está desativada. Anualmente, os Estados se encontravam em Brasília, tudo por conta dessa rede. Havia uma rede, mas, como no País tudo é problema político e tudo é passageiro, muda-se a política e, com os políticos, também vão as políticas públicas.

Eu estou em pouco calejada, chego a ficar indignada, porque eu participo de muitos movimentos. Sou Conselheira Estadual dos Direitos da Criança, representando a Secretaria, participo de muitos eventos, e não vejo a coisa fluir como deveria. A coisa fica muito na oratória, nos encontros. De concreto, não sai muita coisa.

Quero aqui me solidarizar com a família de Fernanda, a mãe. Eu não desejaria estar no lugar dessa mãe, nem no lugar desse pai. Acredito que o primeiro contato com ela deve ter sido comigo, quando foi fazer o registro da ocorrência. Estive na investigação uma semana ou dez dias, mas devido à demanda muito grande de serviço na delegacia, que atende... O carro-chefe da nossa delegacia são os abusos sexuais de crianças e adolescentes e maus tratos de toda a capital. E não é brincadeira. Você precisa ter muito sangue frio para atender na delegacia, para



trabalhar numa delegacia que trabalha com abuso sexual. Eu não me envolvo mais porque sou profissional, mas sou mulher e me sensibilizo, adoeço, choro com as vítimas, choro com as mães das vítimas. Ajudo e procuro fazer, até fora do meu trabalho, o que é necessário, mas não podemos... A Polícia não tem bola de cristal, e muitas vezes ela é mal compreendida, ela é mal entendida, ela é censurada.

Mas eu queria dizer que, não obstante o pouco convívio com essa família, pude vivenciar o sofrimento deles. Estou à disposição para o que for necessário, mas há um delegado capacitado já à frente das investigações. A Dra. Ivanisa tem se empenhado, o Dr. Jean, o Secretário. Entrou o Major Fábio. Eu cheguei a ouvir comentários de que a menina não tinha aparecido porque era uma menina humilde. Eu queria dizer aqui, de público, que eu nunca vi uma menina humilde para ser tão bem assistida como essa menina foi. E os pais estão aqui e não me deixam mentir, porque todas as pistas que nos foram apresentadas foram seguidas — e há coisas que não podemos falar. Na primeira semana, participei da investigação e vi como foi profundo o interesse, a investigação e o interesse de todos, da imprensa, da sociedade civil... Fui criticada porque disse a um jornalista que pedi a Deus, em minhas orações, que essa menina aparecesse. Ele disse que eu não tinha que trabalhar com orações, não. Eu ouvi quando ele disse que eu tinha que trabalhar com inteligência.

Mas a inteligência quem nos dá é Deus. Acima da inteligência, há um Deus. Eu creio que a Fernanda está viva e vai aparecer, porque esse problema é mais profundo do que a gente pensa, o que a gente sabe, o que a gente vivencia. Falta só a união de todos, e que a coisa não fique só nos papéis, que fique só em Brasília, como a colega aqui falou.

Mas a nossa delegacia está à disposição da família. A Secretaria é uma só, é a Secretaria de Segurança Pública, da qual eu faço parte. Eu sou membro dessa Secretaria. Tanto faz ser a Joana D'Arc recebendo a informação, como a Dra. Ivanisa, como o Dr. Jean ou como qualquer delegado. Ele tem a obrigação de, se ele não estiver no caso, pelo menos ele receber a informação e repassar essas informações para quem de direito.

Eu queria agradecer o convite e me justificar pela ausência, porque eu tive de sair para resolver interesses profissionais que me chamavam.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Delegada Joana D'Arc Sampaio Nunes, titular da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Infância e a Juventude, nós também temos uma CPI lá que trata da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes que está em vigor. Nós já tivemos uma aqui na Câmara e temos recebido outras denúncias também. Estamos verificando se há a possibilidade do retorno para que a gente possa ouvir essas pessoas.

Nós queremos dizer que foi muito importante essa Mesa, um debate onde propostas foram colocadas para que a CPI do Tráfico de Pessoas possa analisar. Acho que é uma experiência. Inclusive, vou propor que tenhamos sempre ao final uma Mesa com pessoas comprometidas com os movimentos sociais e que tenham uma capacitação excelente na linha da defesa do direito da pessoa humana, enfim, do combate ao crime organizado, do enfrentamento e do combate ao tráfico de pessoas.

Eu queria dizer a vocês que, quando nós começamos, em abril de 2011, muita gente disse que a CPI só foi porque veio a *Globo*. A *Globo* veio depois da CPI. A CPI começou em abril, e ela só chegou lá depois do primeiro turno das eleições. Inclusive, naquela época, era uma novela que tinha, e muita gente no comício, naquele dia que ia terminar a outra novela, as pessoas não queriam fazer programação nenhuma porque queriam saber quem matou... Era a Carminha? Era isso aí.

Então, nós a consideramos importante, porque esta CPI é fruto de diversas denúncias que nós recebemos durante o ano de 2010 e 2011. Nesse aspecto, ela está realizando um trabalho excelente.

A cada dia que a gente faz uma audiência pública ou uma diligência, novos fatos vão surgindo e vão trazendo mais elementos para a investigação. Você sabe que para que nós... Nós não podemos chegar a um país e começar a entrar lá, porque tem que haver uma relação da Polícia Federal com a INTERPOL ou com a polícia local. Tem que ter um convênio, um acordo dos países para que efetivamente possam trabalhar na perspectiva de fazer com que aqueles e aquelas brasileiras que ali estão possam... Se forem adolescentes, com certeza, devem ser trazidas de volta, mas o que nos chamou a atenção foi...



E aqui a Paraíba já teve o caso de uma CPI e de uma operação que identificou o tráfico de crianças para a adoção ilegal, em 91. Eu me lembro de que a Guiany fez as denúncias de Bananeiras, de Cacimba de Dentro etc. Chamou-nos a atenção, e vocês devem ter visto pela mídia também, o caso de uma família que tinha nove filhos, sete foram levados por uma juíza que disse que... A argumentação que foi dada para que fosse feita a adoção... E essas crianças foram todas para o exterior. A oitava fugiu, no momento, não foi, e o outro estava fora e não foi levado. E colocou como argumento a questão social para liberar, para tirar... Eu chamaria isso de um sequestro, um sequestro para...

E nós vamos lá, porque descobrimos, inclusive, que uma ONG americana, de nome Limiar, faz o contato com a criança, só para dizer: *“Olha, tem uma criança aqui para você. Venha aqui.”* O casal vai. *“Mas para isso terá que pagar 5 mil e 500 dólares por cada criança que é indicada.”* Nós vamos ouvir, inclusive, o intermediário dessa ONG lá no Paraná.

Chamou-me a atenção quando o Dr. Marinho Mendes hoje, pela manhã, informava que a rota do tráfico estava indo para aquela região. E ali vocês vão perceber que ali está Foz do Iguaçu e o Paraguai. Vai ali, dali ninguém sabe para aonde se vai.

Mas esse é um fato que chama a atenção: o tráfico de crianças e adolescentes para a adoção ilegal. Nós verificamos isso na Bahia e em outros Estados também, mostrando que isso nos chama a atenção.

Esse tráfico para fim sexual já é algo que em todo o canto a gente encontra. O tráfico de travestis está mais localizado em algumas regiões. Muitos deles são também seduzidos ou aliciados. Não vão, porque já sabem da história, não tem mais como enganar. Já sabem que não vão para lá serem dançarinos, artistas ou outra coisa, modelo fotográfico, modelo de moda ou trabalhar em restaurantes ou como jogador, mas, sim, para serem explorados sexualmente.

O outro dado chama a atenção. Inclusive, já houve uma CPI lá que investigou o tráfico para a venda de órgãos de seres humanos. Então, esse é o outro elemento que chama a atenção. Agora, o que nos chama também a atenção é algo que... Por trás disso, vem a criança e o adolescente que... Se você perguntar a diversos jovens que jogam futebol, se chegar alguém dizendo a ele para ir jogar no Barcelona ou



jogar num time da Itália ou mesmo da Holanda, ele vai correndo. Os pais, inclusive, o incentivam para isso. É o tráfico de adolescentes e jovens, com enganação de que eles vão ser grandes jogadores. Alguns chegam lá e até conseguem, mas a maioria que chega lá e é abandonada, é abandonada. E aí, para viver, ou vai para droga ou, então, vai para a exploração sexual e termina morrendo. E o traficante que levou, para não perder aquela fonte de lucro para ele... Ou seja, quando a pessoa começa a reclamar, aí tem o último lucro. Ou seja, as pessoas são assassinadas e seus órgãos são vendidos para que eles não percam nada sobre essa pessoa.

Então, esse é um elemento importante: as enganações para dançarinos ou dançarinas. Alguns países, como a Suíça, enganam muito para serem dançarinos ou dançarinas, depois modelos fotográficos também. E o contrato é feito de uma forma que a pessoa... Ou seja, não é registrado em cartório; ou seja, não há assinatura do pai. Então, normalmente há toda uma situação embaraçosa.

Eu diria para vocês que esse esquema criminoso se constitui de quadrilhas, são quadrilhas organizadas. Então, é trabalho do crime organizado, quadrilhas mesmo que trabalham, que têm toda uma estrutura parecida também com a própria organização do crime organizado, do narcotráfico.

Uma advogada, a Piovesan, ela disse: *“Olha, essa estrutura é a estrutura da máfia. É uma quadrilha mafiosa que não perde nada.”* Então, é nesse aspecto que nós consideramos que esta CPI aqui vem. E perguntaram: *“Por que vir à Paraíba?”* Eu disse: *“Nós estamos indo a todos os Estados, fazendo diligências.”* Estivemos ontem em Pernambuco. Foi muito boa a audiência lá. Na semana que vem nós temos também diligências em outros Estados. Iremos novamente a São Paulo, Rio de Janeiro, Acre, Amapá. Enfim, estamos indo a quase todos os Estados. E as informações que nós temos são importantíssimas para que nós possamos fazer o combate e o enfrentamento desse crime organizado do tráfico de pessoas.

Eu diria que temos muito que fazer. Temos muitas tarefas aí, muitas tarefas. Eu tenho certeza de que estamos no caminho certo e vamos continuar trabalhando para que efetivamente nós tenhamos um resultado muito significativo. O Ministro da Justiça já colocou para nós que toda a estrutura para a modificação do Código Penal, da legislação será em conjunto com a CPI e com as contribuições todas que estão sendo realizadas.



Então, é preciso que haja uma integração entre Município, Estado, União, Ministério Público, Defensoria Pública, Executivo como um todo, Judiciário, a sociedade civil, as igrejas todas para enfrentamento dessa questão.

Quem ouviu, na Semana Santa, o Papa Francisco dizer que um dos maiores pecados da humanidade hoje é o tráfico de pessoas... Vamos pedir agora que a Igreja também possa entrar nessa luta de enfrentamento, de combate a essa violência que é levar as pessoas a serem enganadas para que alguns possam lucrar.

(Não identificado) - A Campanha da Fraternidade para o ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Para o próximo ano também a Campanha da Fraternidade terá esse tema. É muito importante também citar.

Doutor, eu entendi, depois daquela preocupação que foi dada aqui, Dr. Jean, que são dois processos: um é Wagner Romano, era um jovem; e o outro do Joalisson, conhecido como Jô. A informação é de que esses dois foram assassinados por maus policiais que eu não chamaria de policiais. Eu faço isso porque o Sr. João Olímpio, que era o pai do Joalisson, deu vários depoimentos lá. Parece que era o Carlos Alberto o delegado que estava investigando isso aqui.

Perguntam se tem algum fato novo porque o Seu João vinha ao meu escritório, pedindo para que fossem de fato punidos os responsáveis. Eu tive a informação passada de que ele já partiu para a eternidade. Esperamos que a vontade que ele tinha... *“Eu quero morrer só depois de saber que os responsáveis pela morte do meu filho estão na cadeia.”* Então, eu gostaria que pudesse verificar esses dois casos.

Eu não sei se a Mesa teria mais algo a falar. Se alguém quiser dizer mais alguma coisa, porque eu vou passar a palavra para uma pessoa que nos acompanha sempre. Em todas as audiências públicas, ele está a serviço do Ministério da Justiça, o Dr. Sady. Então, a palavra ao Dr. Sady.

A SRA. MARIA MADALENA DE MEDEIROS - Sr. Deputado Luiz Couto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vamos ouvir aqui o Dr. Sady. Depois eu passo para a senhora.

A SRA. MARIA MADALENA DE MEDEIROS - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Madalena.



A SRA. MARIA MADALENA DE MEDEIROS - Eu gostaria de fazer uma observação, enquanto movimento social, com relação ao eixo de atendimento à vítima do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Aí é uma preocupação porque aqui no Estado da Paraíba, uma criança quando diz, aos 9 anos, que quer crescer para ser traficada, ser travesti, isso reflete a falta de políticas públicas que este Estado vive.

Por outro lado, as pessoas que estão sendo vítimas do tráfico de pessoas, sejam meninos travestis, ou meninas, ou mulheres, se não houver políticas públicas de apoio — e aí de apoio à vítima efetivamente, de apoio psicológico, de apoio de inserção produtiva no mercado de trabalho —, essas pessoas vão reincidir novamente como vítimas. Novamente, vão ser vitimadas.

E aí há uma preocupação muito grande porque a gente fala no enfrentamento, mas há poucas ações nesse sentido de apoio mesmo à pessoa vítima de tráfico e apoio integral, tanto do ponto de vista de saúde, psicológico, mas também de alternativas produtivas para que ela não volte a ser novamente vítima do tráfico de pessoas. Gostaria de registrar isso enquanto movimento social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dr. Sady. *(Pausa.)* Está falando?

O SR. SADY SIDNEY FAUTH JÚNIOR - Eu queria registrar aqui um agradecimento à Casa pelo acolhimento, à sociedade civil, às ONGs, às instituições aqui presentes o trabalho da CPI, sempre indo em busca nos Estados, fazendo as diligências, onde tem um número de rotas de crimes com maior índice, principalmente na mídia, sendo veiculado. E informar que o Ministério da Justiça continua firmando convênios com governos estaduais, municipais para a questão de instalação de núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas e postos de atendimento humanizado aos imigrantes.

Hoje nós temos 16 núcleos e 13 postos, já abrangendo todas as regiões do Brasil, infelizmente não todos os Estados. Mas uma das metas do segundo plano, que foi lançado no final de fevereiro, é que sejam instalados pelo menos mais 14 núcleos e postos até o próximo ano.

Agradeço aí mais uma vez ao Vice-Presidente que hoje está presidindo a CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu quero registrar a presença do Sargento Astronadc Pereira, grande lutador das causas dos direitos humanos. E também eu quero dizer para todos que o Ministério da Justiça, que implantou em Alagoas, em 12 Municípios, Maceió e Arapiraca, o Programa Brasil Mais Seguro.

E o José Eduardo Cardozo já informou que está nos últimos detalhes para vir à Paraíba, será o próximo Estado, e será implantado na região metropolitana, como também o programa de combate às drogas também, que virá, e mais um outro, parece, ligado ao sistema penitenciário. E eu já pedi para ele para marcar. Ele disse que dependia de alguns detalhes, não sei se de lá ou de cá. Eu sei que a Secretaria já tinha assinado o termo de adesão, desde o ano passado. Vou cobrar dele para saber se os detalhes só ficam na música de Roberto Carlos. Deixe de ter esses detalhes aí na questão do lançamento desse programa, que é muito importante, porque lá em Maceió e também Arapiraca o índice de criminalidade diminuiu muito. E isso significa que o Brasil Mais Seguro será um elemento importante, inclusive para o investimento de outras políticas públicas que possam resolver algumas questões aí.

Eu vou passar a palavra agora para o doutor, o nosso Deputado Major Fábio, para as despedidas finais desta CPI.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Alô? O senhor falou “doutor”, eu disse: “*Não, não é comigo não*”. Eu sou um soldado, soldado da Polícia Militar da Paraíba, o soldado ali, junto com o nosso Sargento Pereira, Subtenente Santana e tantos outros que orgulham essa corporação.

É um prazer muito grande estar aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, uma Casa da qual eu não tive o prazer de fazer parte, nem dela nem da Câmara de Vereadores. Eu nunca fui Vereador, nunca fui Deputado, nunca fui nem Presidente de bairro, mas Deus me deu o privilégio de ser Deputado Federal, de poder chegar aqui no final de 87 e ingressar na Polícia Militar da Paraíba, viver os momentos mais difíceis dessa polícia e, em 2006, ser candidato, no meio de um monte de políticos. E eu, sem ser político, soldado da Paraíba — não é, Sub Santana? —, ali no 1º Batalhão, de repente, ser Deputado Federal e estar aqui contribuindo nessa missão difícil, árdua. Talvez muita gente que esteve aqui não perceba o que nós estamos discutindo aqui...



Nós falamos aqui hoje em 40 jovens que saíram de uma cidade do interior da Paraíba e foram para a Europa. Quem foi que levou esses jovens? Que organização é essa? Não é brincadeira, viu? Levar 40 jovens para jogar ali em Santa Rita, para conseguir um ônibus, para levar ali para Santa Rita para jogar uma pelada, um jogo de futebol, é difícil, quanto mais pegar 40 jovens e levar para a Europa. O negócio é sério. E principalmente quando o Estado não sabe o que está acontecendo. Isso é que é mais grave ainda! Muito grave!

Nós não temos, o Dr. Jean vai cuidar disso, mas nós não temos nem o número de pessoas desaparecidas no nosso Estado. Nós não tínhamos o número de pessoas mortas, nós não temos o número de pessoas desaparecidas no Estado da Paraíba, uma unidade da Federação do Brasil em crescimento, desenvolvendo, e nós não temos! Aí eu olho para todo mundo, porque todo mundo tem culpa nisso. A gente não tem nem os números de pessoas desaparecidas.

E eu tenho certeza absoluta de que mais de 300 pessoas estão desaparecidas na Paraíba, porque aqui bem pertinho, Pernambuco, que está diminuindo a violência, e o Deputado Severino Ninho diz que a gente tem que copiar Pernambuco, tem mais de 2 mil desaparecidas. Imagine a gente, que está engatinhando!

Os policiais estão querendo ser promovidos e nem promoção estão conseguindo. Imaginem as outras coisas. Estão lá os policiais querendo ser promovidos, Santana, querendo ser promovidos, Pereira. Então, foram 10 anos de soldado para ser cabo. Eles estão querendo somente ser promovidos. Nem isso. A gente está realmente precisando copiar. Imaginem só quantas pessoas nós temos desaparecidas no nosso Estado.

Aí eu vivo cobrando que a gente teve o conhecimento do tráfico de pessoas que passava despercebido. A gente passa sem perceber. Não tem dados, não tem informação.

Hoje eu estava tomando café e querendo saber o número de pessoas desaparecidas no Brasil. Aí estou lá, assistindo à Rede Globo, *Bom Dia Brasil*. Aí o jornalista lá entra num site e diz: “Mais de 10 mil pessoas desaparecem no Brasil todos os anos”. Está lá. O cara me deu a resposta. Eu, sentadinho, tomando café e assistindo. Mais de 10 mil pessoas desaparecidas. Não, 10 mil pessoas, não, estou



enganado, mais de 10 mil crianças e adolescentes. Então, mais de 20 mil pessoas desaparecem no Brasil todos os anos, mais de 10 mil crianças e adolescentes desaparecem no Brasil.

Essas crianças estão sendo levadas para quê? Elas estão fugindo com o namorado? Dessas 10 mil, deve ter umas mil que fugiram com o namorado, que vão aparecer. Mas tem papa-figo no meio, tem tudo aquilo que os nossos pais falavam. Estão no meio dessas 10 mil. Foram levadas por essas pessoas, infelizmente.

Aí a gente tem cobrado aqui na Paraíba a questão da Manzuá. A Manzuá que eram soldados corrompidos, que pediam café, que pediam não sei o quê, pediam não sei o que lá, mas está aí, as fronteiras estão abertas. As divisas da Paraíba estão abertas para o tráfico de drogas, para o tráfico de armas, para o tráfico de pessoas. Esse é o pior, que o Papa Francisco disse que é o pior pecado da humanidade, é o tráfico de seres humanos.

E a nossa Paraíba está aberta, porque neste momento, Dra. Ivanisa, estão entrando com droga na Paraíba, porque é muita droga. Então, está entrando a todo instante. Neste Estado está entrando droga. Por que a polícia está trabalhando tanto? Nunca vi na minha vida a Polícia Militar e a Polícia Civil trabalharem tanto. Nunca vi, Dra. Ivanisa.

A Polícia Militar está trabalhando demais, mas quanto mais apreende droga, mais droga aparece. Quanto mais apreende arma, mais arma aparece. É menino com 9 anos armado na Paraíba, é menino com 10 anos armado na Paraíba. Então, está a Dra. Ivanisa com rodo, junto com o Dr. Jean, junto com os policiais militares, todo mundo com rodo tentando enxugar a água. Está cheio de água, mas é porque tem um hidrante aberto. Vocês não vão conseguir nunca enxugar essa água.

E outra coisa que a doutora comentou: são políticas públicas que estão faltando na Paraíba. Não é mais lei, não. Eu acho que já tem muita lei, porque a Constituição já garante esporte, alimentação, lazer, moradia, saúde para as crianças e adolescentes, já garante. A Constituição já garante isso. Isso é o fundamental para que as pessoas possam viver em paz. Mas infelizmente nós vemos as crianças brasileiras serem recrutadas para as drogas.

Está aí Alto do Mateus. Em Alto do Mateus eu estive esses dias. Meu Deus do Céu, o que é aquilo? É uma tal de linha do trem, e só quem passa é o trem, e o



trem tem que passar ligeiro. Infelizmente. Umas favelinhas do tamanho de nada dentro da Paraíba, e tem gente dizendo que a polícia não entra. Que conversa é essa? E tem essa favela aqui na Paraíba que Polícia não entra? Polícia não pode deixar de entrar, não, tem que entrar. Mas infelizmente tem lugar por aqui que está causando medo.

Então, meus amigos, eu acho que nós temos que vencer não só o crime, combater o crime de tráfico de seres humanos, que é o pior pecado da humanidade, porque, quando é levada a sua carteira ou uma nota de dez, você sente. *“Levaram meus 10 reais”*. A gente sente aquele impacto, não é? Mas quando levam um ente, eu não queria nem estar mais tocando nessa tecla, é uma indignação bem maior, que a gente não consegue nem medir.

Então, dizer que nós precisamos... Quero cobrar do Governador, que é novinho. Acho que deve ter uns 50 anos de idade o nosso Governador, um homem inteligente, um homem preparado, um homem que aguenta a pressão, que foi preparado para isso. Dizer que a gente votou nele para ele trabalhar, para ele agir. Eu não vou obrigá-lo a entender de segurança pública não, mas eu peço a ele que desça para conversar com as pessoas, para conversar com o Sargento Pereira, para conversar com o Subtenente Santana, para conversar com a polícia, para conversar com os professores.

Foi dito aqui também que às vezes as pessoas procuram a Constituição porque no nosso Estado, porque no nosso País as autoridades têm dificuldade para pagar até o piso nacional. Infelizmente a Paraíba está nessa lista que não paga o piso nacional para os professores.

Aí foi falado aqui, foi dito aqui, não foi o Major Fábio que disse, não. Estou aqui falando agora no final, já na reta final, mas foi dito aqui que às vezes o camarada que se prostitui ganha mais do que um professor. Foi dito aqui, acho que foi dessa mesma Mesa, eu não lembro quem foi a pessoa que falou. Foi o Dr. Eduardo Varandas.

Então, meu amigo, este País, que a gente cobra de Deputado... Tem que cobrar de Deputado, por isso que eu não sou mais, não vou ser mais Deputado, só tenho dois anos, só tenho dois anos agora. Porque é o País que a gente cobra dos Deputados, a gente cobra de todo mundo, mas depois todo mundo vem e se



candidata, se elege, porque encontra um marqueteiro, o marqueteiro faz um desenho e a gente não tem nem a relação das pessoas que estão desaparecidas no Estado. É falta de estrutura. Isso não é falta de vontade, não, é falta de estrutura. Não é falta de vontade, eu digo, dos senhores. Não é falta de vontade não. É falta de estrutura. Então, nós não temos nem...

Eu me indigno. Eu acho que nós temos que nos indignar. Quando eu entro num *site* de pessoas desaparecidas que eu não encontro o nome de Fernanda Ellen, eu digo: *"Poxa, como é que pode? Essa menina não está aqui ainda?"* E na Paraíba Fernanda Ellen não é contada como desaparecida, porque não existe um número, não existem dados referentes a isso. Isso aí é terrível. É para se indignar, é para se entristecer. Aí eu digo, aproveito vocês aqui para dizer, por isso que nós estamos nesta situação.

Eu sabia que cedo ou mais tarde isso ia acontecer na Paraíba, que nós iríamos chegar a esta situação. Hoje nós temos a segunda capital mais violenta do Brasil. Isso são números, isso são dados verdadeiros. Nós somos o sexto Estado mais violento do Brasil. Estou aqui dizendo que é Dr. Jean nem Dra. Ivanise, não. Estão chegando agora, assumiram agora há pouco. Isso vem de muito tempo. Isso vem, vem, vem. Daqui a pouco eu vou estar dizendo que são eles também. *(Risos.)* Mas eles estão trabalhando.

Então, encerrando, digo que são dados. E a gente fica muito triste. Por isso que eu falo, falo, estou tentando agir, e, na hora que eu perceber que eu não estou conseguindo os meus objetivos, a gente vai ter que parar, vai ter que parar de lutar, mas talvez até a gente continue, porque eu acredito que nós estamos conseguindo.

Todas as vezes que eu chego lá na tribuna da Câmara e falo das nossas fronteiras, imaginem, senhoras e senhores... Quando a gente vai à divisa, à fronteira do Brasil, sabe o que a gente encontra? A gente encontra o efetivo da Polícia Federal reduzido. A gente encontra o efetivo da Polícia Rodoviária reduzido. Como é que pode? Como é que a gente está atacando a violência, atacando o tráfico de drogas se, em vez de estar aumentando o efetivo, está diminuindo?

A Paraíba, em vez de ter aumentado o efetivo da Polícia Militar, diminuiu nos últimos dois anos. Em vez de ter aumentado o efetivo da Polícia Militar na Paraíba, diminuiu o efetivo. A evasão é de 400 e poucos policiais. Como é que se combate a



violência? Será que não está enxugando, realmente, não? O hidrante está aberto, tem que fechar o hidrante.

Então, meus amigos, esse é um desabafo também como cidadão. Digo isso, mas querendo contribuir com a Paraíba, querendo ajudar a Paraíba, querendo dizer para o Governador que estou à disposição, dizer para os senhores e para as senhoras que nós estamos à disposição. Por isso que nós estamos aqui.

O Deputado Luiz Couto é um homem que já está nessa luta há muito tempo. Já está nessa luta há muito tempo, mas eu me coloco também à disposição, porque eu sou cidadão aqui. Eu tenho um título de Cidadão Paraibano. Sou paraibano de coração. Mas os meus filhos são paraibanos porque nasceram aqui neste Estado.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado.

Em primeiro lugar, é importante que nós continuemos essa investigação. Só para ter um dado, é importante a gente colocar os dados na fase histórica em que eles aconteceram. Por exemplo, a questão do tráfico daqueles travestis, eles começaram em 1999 e foi finalizado em 2007, quando o seu líder, em território italiano, foi preso. É importante perceber, para que nós sejamos justos nas nossas informações.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Tem um camarada que está lá, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Está. Mas eu digo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu estou dizendo só o fato de chamar a atenção disso aqui.

Por exemplo, no mapa da violência, os dados são ainda de 2010. Então, é importante também destacar isso aqui. Porque os mapas são feitos sempre não... As pesquisas, quando o nosso IBGE faz, ele pega 10 anos, aí ficam 10 anos, só depois é que começa a fazer.

Então, nesse sentido, é importante...

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu estou citando números, mas eu não gosto de citar números não. Tem os dados da semana santa: são 26 homicídios...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu sei. Mas vamos...



O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO -... reais que a gente contabilizou. Não foi nenhum grupo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Está bom, Deputado, deixa eu terminar, porque enquanto V.Exa. falava, nós não aparteamos. Mas depois V.Exa. pode falar.

Outra coisa importante que nós queremos destacar: o fato é que nós precisamos assumir isso enquanto uma ação articulada para enfrentar o crime organizado como um todo. O tráfico de pessoas é umas das linhas de combate ao crime organizado. Tem o narcotráfico, tem o tráfico de armas e munições, tem a exploração sexual de crianças e adolescentes. São várias atividades que nós temos que enfrentar, articular. Por isso que eu digo: a gente não pode culpar A ou B. Todos nós somos chamados para fazer esse enfrentamento e esse combate.

Eu queria agradecer à Mesa Diretora da Assembleia por ter dado para nós essa condição de fazer esta audiência pública; quero agradecer a todos os servidores aqui da Assembleia, o pessoal das Câmaras, da TV, o pessoal da taquigrafia aqui (*palmas*), enfim...

(Não identificado) - O cerimonial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ... o cerimonial, sempre nos tratando muito bem aqui, como sempre.

Eu fui duas vezes Deputado Estadual nesta Casa e pude verificar a importância que têm, porque a gente nunca valoriza muitos os servidores. Sem eles, a gente não faz nada não. Mesmo o delegado, se não tiver os servidores lá, fica de mãos atadas; mesmo o nosso Deputado aqui, se não tiver os assessores dele, os aliados dele, também não faz muita coisa. Então, é importante agradecer a todos vocês. Agradecer a todos os que aqui estiveram, a todos os expositores, ao pessoal da gravação, que vem sempre de lá, o pessoal que veio conosco, o Manoel, Helena, e o pessoal que está fazendo a gravação, e dizer para vocês que foi muito importante esta nossa audiência aqui no Estado da Paraíba.

Se houver outros fatos, com certeza, viremos aqui para novas diligências. Mas esperamos que não seja necessário, e que as autoridades possam assumir esse enfrentamento. Daí a sugestão do lançamento. É logo termos o Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas e também o Núcleo de Enfrentamento e



Combate ao Crime Organizado, tendo várias dimensões, uma delas é o tráfico de pessoas.

Então, agradecendo a todos, agradecendo aos membros da Mesa, que Deus nos proteja, Ele nos guie e que Ele nos fortaleça e que nós possamos continuar nessa nossa caminhada.

Está encerrada a audiência pública.